

Frente Popular

PSB, PSDC, PT, PRB, PTN, PCdoB, PR, PV e PPL

Plano de Governo

PREFEITO

MARCUS ALEXANDRE

VICE

MÁRCIO BATISTA

Rio Branco - Acre

2013-2016

Frente Popular de Rio Branco

Plano de Governo

MARCUS ALEXANDRE
E MÁRCIO BATISTA

2013-2016

PSB, PSDC, PRB, PT, PTN, PCdoB, PR, PV e PPL

Sumário

Expediente	06
Apresentação	07
Agradecimentos	08
Introdução	09
Ampliando Condições de Infraestrutura e Mobilidade Urbana	11
Política e Gestão Urbana.....	12
Urbanização de Bairros e Obras Públicas.....	14
Regularização Fundiária	19
Prevenção e Controle de Riscos de Enchentes e Deslizamentos.....	21
Trânsito	24
Transporte.....	27
Rio Branco Acolhedora, com Qualidade de Vida e Cuidando de suas Crianças	31
Saúde	32
Educação.....	37
Arte e Patrimônio Cultural	41
Esporte e Lazer.....	43
Turismo	45
Segurança com Cidadania.....	47

Rio Branco Plena de Direitos e Oportunidades	49
Assistência Social	50
Pessoas com Deficiência	57
Juventude.....	59
Mulheres e Políticas de Gênero.....	61
Igualdade Racial	64
Cidade Sustentável com Desenvolvimento Econômico	69
Meio Ambiente	70
Serviços Urbanos	74
Economia Solidária.....	76
Produção.....	80
CEASA.....	82
Gestão Pública com Transparência e Participação	87
Participação Popular e Controle Social.....	88
Modernização da Gestão	90
Rio Branco: Dados e Indicadores	97
Mensagens dos Partidos da Frente	103

Expediente

Esta é uma publicação da Frente Popular de Rio Branco, referente ao Plano de Governo Marcus Alexandre e Márcio Batista para a Gestão 2013/2016 da Prefeitura de Rio Branco.

Equipe de Sistematização

Alexandre Hid, Andréia Oliveira, Gorete Lucchesi e Pablo Mendes.

Layout

MX Designer

Fotografias

Adonay Melo, Marcos Vicentti, Pablo Mendes e Sérgio Valle.

Impressão

Acre Publicidade LTDA

CNPJ: 02.787.053/0001-20

Tiragem

500 unidades

Frente Popular de Rio Branco

PSB, PSDC, PRB, PT, PTN, PCdoB, PR, PV e PPL

É permitida sua reprodução parcial ou total, desde que mencionada a fonte.

Apresentação

É com satisfação e muita responsabilidade que apresentamos o nosso **Plano de Governo** para a gestão 2013-2016 da prefeitura de Rio Branco.

Tendo como base os avanços da gestão do prefeito Raimundo Angelim (2005-2012) e o cuidado de aperfeiçoar os acertos e corrigir os erros, construímos este Plano consultando diversos setores da sociedade, juntamente com os nove partidos que compõem a Frente Popular de Rio Branco - FPRB, a partir de 07 seminários que contaram com a participação de mais de 2.000 pessoas.

Este Plano demonstra a nossa compreensão sobre a realidade de Rio Branco, com a humildade de reconhecer que ainda existem muitos desafios pela frente, mas com a certeza de que estamos no rumo certo.

Nos últimos oito anos nossa prefeitura trabalhou intensamente na recuperação da infraestrutura da cidade, com a urbanização de 18 bairros e a pavimentação de 150km de ruas, na retomada e ampliação dos serviços essenciais à população, como a educação, área em que as matrículas saltaram de 10.000 para 20.000 alunos e alcançamos o sexto melhor IDEB entre as vinte e sete capitais do país.

Demos atenção a setores esquecidos por gestões anteriores. Há oito anos, por exemplo, não contávamos com uma Secretaria de Agricultura e hoje, além de ter sido criada a Safra, construímos a Central de Abastecimento – CEASA e recuperamos mercados municipais, como o Elias Mansour. Revitalizamos o Terminal Urbano e renovamos 80% da frota de ônibus, que conta com bilhetagem eletrônica, além de construirmos a nova Rodoviária Internacional no 2º Distrito. Tudo isso com o apoio irrestrito do Governo do Estado, nas gestões dos compa-

nheiros Jorge Viana, Binho Marques e Tião Viana, e do Governo Federal, com o apoio do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

Estamos comprometidos em dar continuidade aos avanços dos últimos anos, com mais investimentos na infraestrutura, destacando a pavimentação de ruas, a ampliação dos serviços básicos, como o Programa Saúde da Família, com atenção especial às mulheres e as escolas de tempo integral,

Mas, a partir de 2013 novos desafios serão enfrentados, com destaque para a regularização fundiária, com a titulação de imóveis através do *Programa Casa Legal*, e políticas inovadoras nas áreas de esporte e cultura. As crianças e a juventude terão grande destaque na gestão municipal, pois as ações serão desenvolvidas, buscando soluções para o presente, com olhar estratégico para o futuro.

Trabalharemos incansavelmente para melhorar, a cada dia, a vida na nossa cidade, buscando o apoio e a participação da população, porque acreditamos que a gestão pública tem que existir para servir a todos.

Agradecemos a confiança. Vamos juntos fazer o novo!

Rio Branco, julho de 2012.

Marcus Alexandre e Márcio Batista



Agradecimentos

MARCUS ALEXANDRE, MÁRCIO BATISTA E A EQUIPE DO PLANO DE GOVERNO AGRADECEM AOS TÉCNICOS E DIRIGENTES DOS NOVE PARTIDOS QUE COMPÕEM A FRENTE POPULAR E A TODAS AS PESSOAS QUE COLABORARAM NAS PESQUISAS E REDAÇÃO DE CADA TEMA DESTES PLANOS. MAIS DE DUAS MIL PESSOAS PARTICIPARAM DURANTE OS MESES DE ABRIL, MAIO E JUNHO DOS SETE SEMINÁRIOS, CINCO OFICINAS E QUARENTA E OITO REUNIÕES TEMÁTICAS DE CONSTRUÇÃO COLETIVA, RESULTANDO EM 335 PROPOSTAS E PROGRAMAS QUE SERÃO O ALICERCE PARA RIO BRANCO SEGUIR AVANÇANDO.

Introdução

Diretrizes Gerais do Plano de Governo e Eixos Temáticos

Apresentamos nas páginas seguintes o Plano de Governo Marcus Alexandre e Márcio Batista para a gestão da Prefeitura Municipal de Rio Branco no período 2013-2016.

Elaborado em conjunto com os partidos que compõem a Frente Popular de Rio Branco, a partir de debates em seminários e oficinas temáticas realizadas, que reuniram aproximadamente duas mil pessoas, a participação ativa de todos possibilitou a formulação das propostas de ação que serão discutidas com a sociedade, de forma que o Plano atenda de fato às expectativas da população.

As ações objetivam avançar, ampliando e consolidando muitos programas e projetos da administração do Prefeito Angelim, e implantar novas políticas e programas, buscando atender principalmente a população mais carente da cidade e das áreas rurais, contribuindo para que todos tenham uma boa qualidade de vida.

O Plano de Governo Marcus Alexandre centra sua atuação em cinco grandes eixos:

- **Ampliando Condições de Infraestrutura e Mobilidade Urbana** com ações nas áreas de Política e Gestão Urbana, Urbanização, Regularização Fundiária, Obras Públicas e Drenagem Urbana, Prevenção e Controle de Riscos de Enchentes e Deslizamentos, Transporte e Trânsito;

- **Rio Branco Acolhedora, com Qualidade de Vida e Cuidando de suas Crianças** com ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura (Arte e Patrimônio), Esporte e Lazer, Turismo e Segurança com Cidadania;

- **Rio Branco Plena de Direitos e Oportunidades** com ações nas áreas de Assistência Social (Crianças, Adolescentes, Idosos e Pessoas com Deficiências), Juventude, Mulheres e Gênero, Igualdade Racial (Negros e Indígenas);

- **Cidade Sustentável com Desenvolvimento Econômico** com ações nas áreas de Meio Ambiente, Serviços Urbanos, Produção, Economia Solidária e CEASA; e,

- **Gestão Pública com Transparência e Participação Popular** com ações nas áreas de Participação Popular e Modernização da Gestão.

Destacam-se, especialmente neste Plano, as seguintes diretrizes:

No campo do desenvolvimento humano, a atenção com as crianças através de ações nas áreas da educação e saúde, expandindo o Programa Saúde na Escola para todas as escolas municipais e comunidade da área de abrangência e, ainda continuando com a trajetória de redução da mortalidade infantil, fortalecendo as ações do acompanhamento do pré-natal, parto e puerpério; nas creches, ampliando o atendimento e implantando o Programa Amigo da Creche; no esporte e lazer, promovendo campeonatos municipais de futebol e outros entre bairros e regionais e implantando o Programa Lazer na Comunidade; e na Assistência Social com atendimento em centro integrado às crianças vítimas de violência.

No campo do desenvolvimento econômico e social, o impulso na regularização fundiária, através do Programa Casa Legal; o estímulo a novos empreendimentos para geração de emprego e renda, através da criação da Central do Empreendedor; a prevenção e controle dos riscos de enchentes e deslizamentos; a melhoria do transporte público e do trânsito da cidade; e a segurança com cidadania através da implantação da guarda municipal.

As propostas de ação estão abertas às contribuições da sociedade.

Equipe de Sistematização

Ampliando Condições de Infraestrutura e Mobilidade Urbana



Rio Branco nos últimos anos vem passando por um profundo processo de transformação no que se refere à infraestrutura e mobilidade urbana.

O governo do Prefeito Angelim aliado às outras esferas de poder e a sociedade civil riobranquense tem realizado muitas ações e dedicado esforços para a construção de um habitat social digno e a transformação de Rio Branco num lugar com boas condições de habitabilidade, ou seja, qualidade de moradia, infraestrutura de serviços públicos, sistema viário, transporte e trânsito, equipamentos públicos, entre outros.

Importantes instrumentos têm garantido os alicerces de uma gestão pública moderna, tendo sido concebidos e implantados pelo governo municipal, destacando-se neste campo a constituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), do Plano Diretor de Transportes e Trânsito (PDTT), do Plano de Regularização Fundiária, do Zoneamento Econômico, Ambiental e Social (ZEAS) e, ainda, a criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana (SMDGU).

Grandes avanços têm sido conquistados, entretanto dado ao processo de formação da cidade de Rio Branco, muitos desafios precisam ser enfrentados. Enquanto a taxa de crescimento da população de 336.038 habitantes é de 3,6% ao ano, a frota de 120.000 veículos cresce quase quatro vezes mais, com taxa de 12% ao ano.

Assim, soluções precisam ser buscadas sempre com criatividade, competência e perseverança para garantir e ampliar nossas condições de infraestrutura e mobilidade urbana.

A seguir serão registrados os avanços obtidos e as propostas de ação nas áreas de política e gestão urbana, urbanização, regularização fundiária, obras públicas e drenagem urbana, prevenção e controle de riscos de enchentes e deslizamentos, e transporte e trânsito.

Com forte demanda, a marca de atuação do Plano de Governo Marcus Alexandre para o período 2013-2016 estará direcionada para as áreas de regularização fundiária, prevenção e controle de risco de enchentes e deslizamentos, transporte e gestão municipal do trânsito.

1.1 Política e Gestão Urbana

As cidades brasileiras passaram nas últimas décadas por um acentuado processo de urbanização, apresentando o Brasil mais de 84% de sua população residindo nas cidades. Dos 773.559 habitantes do Acre, estão residindo no município de Rio Branco 336.038 habitantes, dos quais 92% concentram-se na cidade que ocupa hoje 130Km², sendo a sexta maior da região norte.

Na evolução do atual cenário brasileiro, com alto grau de urbanização, o planejamento e gestão urbana passaram a ser fundamentais para os administradores municipais na condução das cidades. Instrumentos balizadores começam a ser formalizados a nível federal, como o Estatuto das Cidades em 2001, direcionando os investimentos públicos nos municípios dentro da lógica da habitabilidade, mobilidade, acessibilidade e sustentabilidade das cidades.

Em 2003, com a criação do Ministério das Cidades e o resgate dos temas da reforma urbana, foi definida a meta de revisão de todos os Planos Diretores para cidades com mais de 20.000 habitantes.

Na administração Angelim foi realizada a revisão do Plano Diretor, que estava vigente há vinte anos (desde 1986), instituindo-se a Comissão Municipal de Urbanismo. Foram realizados estudos do meio físico, dos vazios urbanos, da irregularidade fundiária, das áreas suscetíveis de risco geológico e inundações, das melhores áreas da cidade para ocupação e adensamento.

Após 18 meses de trabalho, com diversas reuniões e audiências públicas que resultaram na assinatura de 3% da população economicamente ativa da cidade, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) foi aprovado pela Câmara e sancionado pelo Prefeito criando a Lei Municipal nº1.611/2006.

Outros instrumentos de gestão foram instituídos a partir do Plano Diretor e estudos complementares, como os Planos de Redução de Riscos, Requalificação da Orla do Rio Acre e Regularização Fundiária, estabelecendo-se ainda o modelo de gestão do Aquífero e a Política Municipal de Habitação de Interesse Social.

Outro avanço importante foi a revisão do Código de Obras e Edificações que atualizou as normas de engenharia e arquitetura, possibilitando a abertura de espaços para novos empreendimentos.

A normatização de procedimentos para desmembramento e remembramento aliado à privatização do Cartório de Registro de Imóveis impuseram uma nova relação entre Poder Público e a sociedade, uma vez que essa modalidade era até então utilizada para dar alguma regularidade a loteamentos clandestinos.

Para dar suporte a gestão territorial, foi desenvolvido pela Prefeitura em parceria com o Governo do Estado o Programa de Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural (ZEAS), que trabalha nos três eixos temáticos, Recursos Naturais, Sócio-Economia e Cultural-Político, realizando levantamentos que auxiliam o planejamento e a reorientação das políticas públicas municipais.

Além destes instrumentos, auxiliam a Prefeitura na definição de suas ações as demandas propostas pelas 11 regionais (04 Rurais e 07 Urbanas) do município, estrutura que deverá ser fortalecida no Governo Marcus Alexandre.

Uma questão que está em pauta na gestão da cidade é referente aos 126.000 endereços existentes em Rio Branco, dos quais somente 42.000 possuem proprietários conhecidos, situação que diminui a base de arrecadação do IPTU e a capacidade de investimento em obras. Além disso, a identificação de nossas ruas e bairros precisa receber melhorias, a fim de facilitar a orientação da população, de turistas e dos serviços essenciais.

Avanços Governo Angelim (2005-2012)

- Programa de Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural (ZEAS), Decreto Municipal 1.076 de 10 de março de 2006;
- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Lei nº1.611 de 27 de outubro de 2006), instituindo o zoneamento e a disciplina do uso, da ocupação e do parcelamento do solo, com artigos alterados e o perímetro urbano pela Lei nº1.727 de 18 de dezembro de 2008;
- Lei de Regularização Fundiária (Lei nº 1.752 de 05 de outubro de 2009), dispondo sobre a regularização de parcelamentos do solo urbano para fins habitacionais, implantados ir-

- regularmente ou clandestinamente no município de Rio Branco;
- Plano Municipal de Habitação Urbana de Interesse Social;
- Plano Municipal de Redução de Riscos, elaborado em 2009, que identifica as áreas de risco em Rio Branco e recomenda intervenções;
- Plano de Gestão do Aquífero Rio Branco;
- Programa Meu Endereço (em andamento), para identificação de ruas, bairros e atualização do CEP;
- Plano Diretor de Transporte e Trânsito Municipal, com o diagnóstico e propostas para o sistema de transporte e trânsito com projeções até 2017.



Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

- Atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano;
- Programa Meu Endereço, regulamentando nomes de ruas, bairros e atualização do CEP, realizando parcerias para a colocação das placas de identificação;
- Modernização do Cadastro Imobiliário.

Novas Políticas e Programas

- Criar a Central do Empreendedor para motivar e facilitar a vida do empresário que já investe ou queira investir na cidade, agilizando a emissão de certidões e análise de processo;
- Atualizar e modernizar o cadastro imobiliário buscando parceria com os diversos órgãos de serviços públicos e privados.

1.2 Urbanização de Bairros e Obras Públicas

Muitas intervenções foram realizadas em Rio Branco sob a gestão do Prefeito Angelim (2005-2012) que objetivaram a urbanização de bairros e a execução de outras obras públicas importantes, como a recuperação e reforma de escolas, postos de saúde, mercados, praças e parques e também a construção de novos equipamentos para atender a crescente demanda social.

Nosso patrimônio público municipal é formado na atualidade por 80 (oitenta) praças e quadras, 04 (quatro) parques, 62 (sessenta e duas) escolas urbanas, 12 (doze) escolas rurais, 10 (dez) creches, 13 (treze) centros de saúde e 10 (dez) prédios administrativos.

Nossa cidade possui atualmente 212 bairros, sendo 147 cadastrados e 65 resultantes de loteamentos e ocupações irregulares. No processo histórico de expansão urbana ocorrido sem planejamento adequado, muitos desses bairros possuem habitações localizadas em áreas impróprias para construção e de alta vulnerabilidade ambiental, como as existentes às margens de rios e igarapés, consideradas de risco, e

nas várzeas, sujeitas às constantes alagações.

Somada a esta situação, a demanda por infraestrutura em bairros periféricos com alta vulnerabilidade social tem sido respondida pela administração municipal com o Projeto de Urbanização de Bairros, que contempla obras de abastecimento de água, esgoto, drenagem, calçadas e pavimentação das vias, transformando o ambiente urbano e contribuindo para habitabilidade e melhoria da qualidade de vida de milhares de moradores riobranquenses.

Foram beneficiados com este Projeto pela administração do Prefeito Angelim, os bairros Mocinha Magalhães, Santa Inês, Jorge Lavocat, Boa União, Vanderlei Dantas, Laélia Alcantára, LBA/Vila Betel, Vila Betel II, Novo Calafate, Ilson Ribeiro e João Eduardo II. A prefeitura recebeu o prêmio Melhores Práticas em Gestão Local 2009/2010, concedido pela CAIXA, pelas obras de revitalização do bairro Mocinha Magalhães.

Além destes, encontram-se em plena execução obras de urbanização nos bairros da Paz, Nova Estação, Placas, Vitória,



Bahia Velha, Glória, Pista, Vila Acre, Vila da Amizade, e a iniciar no Nova Esperança.

A Prefeitura em parceria com o Governo do Estado e apoio do Governo Federal tem realizado uma forte política de urbanização e redução do déficit habitacional, implantando loteamentos dotados de infraestrutura e atendendo com unidades habitacionais famílias de baixo poder aquisitivo residentes em áreas de risco e em situação de vulnerabilidade social. Somados os esforços, além da urbanização de bairros, a cidade de Rio Branco foi contemplada nos últimos anos com mais de 5.800 unidades habitacionais.

O projeto Cidade do Povo, em fase de implantação em Rio Branco pelo Governo do Estado, será a grande oportunidade de transferir muitas famílias residentes nas áreas de risco, assegurando-lhes melhores condições de infraestrutura e habitabilidade.

Essenciais também têm sido as obras que garantem a mobilidade urbana, considerada um dos grandes desafios atuais para os gestores municipais.

Impulsionados pela decisiva parceria do Estado com a Prefeitura de Rio Branco, foram realizados investimentos para estruturação da rede viária principal, em especial para atendimento do sistema de

transportes coletivos de passageiros e redução de conflitos de trânsito.

Foram realizadas obras de urbanização e pavimentação de vias, implantação de ciclovias, reforma do Terminal Urbano, construção de abrigos de ônibus e construção de calçadas, com todos os projetos levando em consideração os princípios da acessibilidade universal.

Ao mesmo tempo em que se realizavam as obras, ampliou-se o quadro de pessoal especializado para acompanhamento e fiscalização de 02 para 12 engenheiros.

Além dos projetos e execução, a manutenção das obras públicas tem importância fundamental para a cidade.

Em 2005, quando o Prefeito Angelim assumiu, a malha viária asfaltada era de 350Km e a revitalização da EMURB, antes ameaçada de extinção pela gestão anterior, foi primordial para atuar nos serviços de manutenção das vias. Em 8 anos a gestão do Prefeito Angelim pavimentou outros 150Km, quase a metade de tudo que foi feito em 120 anos por todas as administrações anteriores somadas, prevendo-se ainda até 2014 pavimentar em parceria com o Governo do Estado, no Programa Ruas do Povo, os 303Km restantes da malha urbana, que conta atualmente com extensão de 803Km.

No Governo Marcus Alexandre a EMURB será fortalecida para fazer frente à manutenção da extensa malha pavimentada – que em 2013 terá mais de 500Km – e às ampliações futuras, como o desafio do Programa Ruas do Povo, para o qual a Prefeitura deverá estar preparada para manter 803km.

Outra ação da mais alta relevância, sentida por nossa população especialmente no período de chuvas refere-se à ampliação da rede de drenagem urbana. A drenagem é um dos maiores problemas de infraestrutura de Rio Branco, pela própria condição de seu relevo praticamente plano e com muitos igarapés.

São constantes os entupimentos em bueiros que culminam com os diferentes pontos de alagação na cidade durante as chuvas pesadas, causando prejuízos imediatos aos moradores

próximos. Contribuem também para esta situação, a antiguidade das redes, a existência de galerias subdimensionadas e a falta de cadastro que favorecem o quadro da deficitária rede de drenagem municipal.

São necessárias obras de galerias, ampliação e substituição de redes de drenagem, além de intervenções nos igarapés que atravessam a cidade. Uma das grandes obras realizadas pela gestão da Frente Popular foi o Parque da Maternidade, possibilitando a solução de drenagem urbana ao longo dos seus 6km de extensão.

Listam-se a seguir as principais obras públicas realizadas no Governo da Frente Popular e as propostas do Governo Marcus Alexandre, sendo algumas detalhadas nas áreas específicas deste Plano, como educação, saúde, transportes, meio ambiente, esporte, lazer e outras.

- ➔ Urbanização da Travessa da Conquista;
- ➔ Urbanização da Estrada do São Francisco e a construção da nova ponte;
- ➔ Urbanização da Estrada da Sobral;

- ➔ Reforma e ampliação do Terminal Urbano;
- ➔ Reforma e ampliação dos mercados, destacando-se o mercado Elias Mansour e Luiz Galvez;

Avanços Governo Angelim (2005-2012)

- ➔ Urbanização e saneamento dos bairros Boa União, Vanderlei Dantas, LBA, Vila Betel, Vila Betel II, Laélia Alcântara, Novo Calafate, Ilson Ribeiro, Jorge Lavocat, Mocinha Magalhães e Eldorado;
- ➔ Construção da UTRE (Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos);
- ➔ Em execução as obras de urbanização e saneamento dos bairros da Paz, Nova Estação, Placas, Vitória, Bahia Velha, Glória, Pista, Vila Acre e parte do Bom Jesus, Vila da Amizade, João Eduardo II e a iniciar Nova Esperança;
- ➔ Ampliação de 80% para 95% a cobertura de abastecimento de água;
- ➔ Aumento de 341% na rede coletora de esgotos;
- ➔ Melhoria do controle de vazamento das redes de água e esgoto, com redução de perdas;
- ➔ Revitalização da ETE Conquista;
- ➔ Construção da CEASA (Central de Abastecimento e Comercialização);
- ➔ Reforma do prédio central da Prefeitura (em andamento);
- ➔ Construção do Restaurante Popular;
- ➔ Reestruturação da Rede Física da Saúde com a reforma de 12 Unidades de Saúde;
- ➔ Construção e reforma de mais de 35 praças e quadras, das quais destacam-se a praça da Revolução, dos Tocos e Joaquim Macedo;
- ➔ Reforma/ampliação de 23 escolas urbanas e 01 rural;
- ➔ Reconstrução de 03 creches e reforma de outras 04;
- ➔ Construção de 08 escolas urbanas, 03 escolas rurais e 03 creches;
- ➔ Construção de 41,64km de calçadas e rampas;
- ➔ Implantação do Parque São Francisco (entre a Avenida Antônio da Rocha Viana e a Avenida Getúlio Vargas) e readequação do Parque Chico Mendes;
- ➔ Urbanização da Rua Quintino Bocaiuva e da Rua Benjamin Constant.



➔ Construção da nova Rodoviária Internacional de Rio Branco, preparando a cidade para o futuro.

Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

- ➔ Urbanização de bairros, para melhoria das condições de vida e do ambiente, compatibilizando-o com as políticas de gestão urbana, habitação, regularização fundiária e recuperação ambiental, em especial das áreas de risco e de preservação;
- ➔ Saneamento com instalação de redes de água e esgotos nas obras de urbanização de bairros, em forte parceria com o Governo do Estado;
- ➔ Urbanização de vias principais para o sistema de transporte coletivo;
- ➔ Construção de calçadas, promovendo mobilidade e acessibilidade na cidade;
- ➔ Manutenção da malha viária;
- ➔ Reforma e adequação de prédios e equipamentos públicos, como escolas, creches, postos de saúde, praças, mercados e prédios administrativos.

Novas Políticas e Programas

- Construir creches em bairros periféricos, inclusive buscando convênios com o Governo Federal através do Programa Brasil Carinhoso, e realizar parcerias para ampliar o atendimento às crianças de mães trabalhadoras;
- Construir o Shopping Popular destinado a melhorar as condições de infraestrutura e organização do comércio informal dos camelôs no centro da cidade, integrando ao Terminal Urbano;
- Buscar parcerias com o Governo do Estado para urbanizar todos os bairros, a exemplo do Programa Ruas do Povo;
- Buscar prioritariamente o acesso da população com renda de até três salários mínimos e moradores de área de risco aos programas habitacionais;
- Implantar o Programa “Adote uma Praça”, destinado a compartilhar a manutenção e conservação de praças com empresas, instituições, ONG’s com responsabilidade socioambiental;
- Implantar o Programa “Bom Passeio” promovendo a retirada de obstáculos para acessibilidade de pedestres e propiciando condições de visibilidade para um trânsito mais seguro;
- Implantar o Programa de Melhoria da Iluminação Pública em parceria com a Eletrobrás, promovendo maior visibilidade e segurança para população e trânsito;
- Reformar os mercados públicos municipais da Estação Experimental, Bairro XV e Bosque;
- Elaborar o Plano Diretor de Drenagem Urbana destinado a cadastrar a rede e orientar as intervenções e ampliações no sistema de drenagem pluvial;
- Eliminar pontos críticos de alagação em vias e bairros através da adequação, reforma e ampliação da rede existente em conformidade com o Plano de Drenagem;
- Fortalecer a Empresa Municipal de Urbanização – EMURB, para fazer frente à manutenção da malha viária e da rede de drenagem urbana, promovendo sua atuação por regionais;
- Elevar a qualidade das obras públicas com fortalecimento da fiscalização e implantação de modernos instrumentos de monitoramento, gestão e acompanhamento.
- Definição de projetos para continuidade do parque São Francisco, e implantação dos parques dos Igarapés Dias Martins e Judia (Áreas Receptoras de Área Verde – ARV’s).



- Continuar a readequação da Rua Benjamin Constant, no trecho entre a Rua Marechal Deodoro e Terminal Urbano, melhorando a mobilidade na área central da cidade com a implantação de calçadão, ciclovia e passagem de serviço para veículos.

1.3 Regularização Fundiária

A questão fundiária em Rio Branco é considerada um problema de ampla dimensão, diagnosticando-se quase 70% do solo urbano em condição jurídica irregular. O enfrentamento desta realidade tem sido realizado de forma mais contundente pela atual administração municipal que aprovou em outubro de 2009 a Lei n.º 1.752, um importante instrumento legal para auxiliar o processo de regularização de parcelamentos do solo urbano para fins habitacionais, implantados irregularmente ou clandestinamente no município.

Esta Lei, parte integrante do Plano de Regularização Fundiária de Rio Branco, está em conformidade com a Lei Federal 11.977 de 7 julho de 2009, que define a regularização fundiária como o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana (SMDGU) em 2009 foi fundamental para a condução do Plano e criação do Programa Integrado de Regularização Fundiária no muni-

cípio. Sem regularização fundiária, estão prejudicados acesso a créditos e novos investimentos.

O Programa está dividido em 4 (quatro) campos de atuação, envolvendo no primeiro campo a regularização das áreas dos Programas Federais Minha Casa Minha Vida (MCMV) e Minha Morada (MM); no segundo campo, as áreas das glebas estaduais nas Zonas de Atendimento Prioritários (ZAP’s) que recebem programa de infraestrutura completo e mitigação ambiental; no terceiro campo, as Áreas de Preservação Permanente (APP’s) de fundos de vales, de onde são retiradas as populações ali instaladas e reassentadas em áreas lindeiras, para utilização coletiva através da construção de parques lineares; e, no quarto campo, as áreas públicas municipais, estaduais ou federais, ocupadas de forma espontânea ou semi-planejada.

A SMDGU concluiu neste período o levantamento da situação dos bairros, identificando as áreas prioritárias para atuação na questão de titularidade da propriedade. Até o momento foram diagnosticados 209 parcelamentos informais que apresentaram algum tipo de irregularidade.

O Governo Marcus Alexandre para o período 2013-2016 priorizará o conjunto de ações pautadas para o avanço da regularização fundiária de áreas urbanas no município.

Avanços Governo Angelim (2005-2012)

- Elaboração e aprovação da Lei n.º 1.752 de 05 de outubro de 2009 que dispõe sobre a regularização de parcelamentos do solo urbano para fins habitacionais, implantados irregularmente ou clandestinamente no município de Rio Branco;
- Fortalecimento da gestão no âmbito da regularização fundiária e gestão urbana com a criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana (SMDGU) prevista na Lei n.º 1.611/06;
- Criação do Programa Integrado de Regularização Fundiária;
- Entrega de 2.000 títulos definitivos de imóveis;
- Legalização das 7.800 habitações do PAC I;
- Início da regularização da documentação referente às habitações do PAC II (Cidade do Povo).



Rua Bons Amigos

Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

➔ Executar o maior Programa de Regularização Fundiária da história de Rio Branco, atualizando o diagnóstico dos parcelamentos irregulares e clandestinos, e intensificando às ações do Programa Integrado de Regularização

Fundiária, promovendo a regularização ambiental, urbanística e jurídica das áreas e dos imóveis, em parceria com a Câmara Municipal, Executivo Estadual, Ministério Público, Judiciário e a comunidade envolvida;

Novas Políticas e Programas

➔ Criar estrutura específica para desenvolver as ações do Programa Integrado de Regularização Fundiária;

➔ Implantar o Programa "Casa Legal", buscando parcerias com as faculdades de engenharia e arquitetura, para a realização do serviço de engenharia pública, destinado a atender as famílias de baixa ren-

da na construção ou regularização do imóvel, através da prestação de serviços gratuitos de elaboração de projetos, aprovação e acompanhamento das obras;

➔ Monitorar áreas de fundos de vale e várzeas sujeitas à pressão da expansão urbana, definindo a tempo o uso e ocupação das mesmas.

1.4 Prevenção e Controle de Risco de Enchentes e Deslizamentos

Manchetes pelo mundo e no Brasil mostram o acirramento do fenômeno das enchentes em diferentes cidades, que para alguns é o resultado da impermeabilização do solo decorrente da expansão do sítio urbano, enquanto para outros é a percepção acentuada do que vem ocorrendo há décadas.

Rio Branco tem sofrido com as enchentes recorrentes do rio Acre e do seu mais importante afluente para a cidade, o igarapé São Francisco. Muitos bairros com áreas consideráveis situadas em várzeas são inundados, afetando a saúde e economia das milhares de famílias residentes. Este ano ocorreu transbordamento de ambos.

A enchente do igarapé São Francisco, responsável pela drenagem natural de 50% da cidade, atingiu moradores dos bairros Mocinha Magalhães, Geraldo Fleming, Paz, Conquista, Procon/Solar, São Francisco, Baixa da Colina, Tropical I, Oscar Passos e Adalberto Aragão, após o registro em sua bacia hidrográfica da maior chuva dos últimos 5 anos.

Os danos produzidos pela enchente do rio Acre, que registrou em 26 de fevereiro a cota de 17,64 metros e inundou 30 bairros, segundo o Relatório Ambiental de Avaliação de Danos (AVADAN), documento produzido pela Defesa Civil, os prejuízos materiais, humanos e ambientais causados na área urbana e rural de Rio Branco foram de R\$212 milhões, um elevado montante financeiro para ser absorvido pela economia municipal.

A situação tem se agravado a cada ano e simplesmente não se pode mais esperar pelo fenômeno e somente promover ações pós-danos. O Governo Marcus Alexandre pretende adotar uma política de prevenção e controle de enchentes, com

ações a serem produzidas em parceria com as diferentes esferas governamentais, sociedade civil organizada, como Universidades, OSCIP's e Federações e, a população.

Também no período de enchentes, a preocupação é voltada para o escoamento das margens do rio Acre e igarapés, dinâmica geomorfológica muito comum em nossa região, e que está relacionada às variações de regime fluvial de cheias e vazantes.

No processo histórico da ocupação desordenada da cidade, muitas moradias foram construídas nessas margens, áreas consideradas de risco, retirando a mata ciliar e fragilizando as encostas, tornando iminente o risco do escorregamento, principalmente durante o período posterior às inundações.

O Plano Municipal de Riscos do Município de Rio Branco, concebido pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) na atual gestão municipal, identificou as áreas de risco recomendando intervenções como a implantação nestas áreas de sistema de captação de águas pluviais, relocação da população afetada e execução de obras de contenção, citando-se entre os casos o bairro Preventório.

Outro fato que tem contribuído para as enchentes, principalmente dos igarapés que atravessam a cidade, é a quantidade de solo carreado para o seu leito pela falta da mata ciliar e escorregamento de encostas, assim como o constante despejo de entulhos, carcaças e lixo de toda espécie, contribuindo para seu assoreamento e formação das barragens, que reduzem sua calha, impedem a movimentação normal destes cursos d'água, e promovem as cheias sazonais.

Avanços Governo Angelim (2005-2012)

- Plano Municipal de Riscos com mapeamento e classificação das áreas de risco;
- Plano de Contingência de Enchentes, organizando as ações de governo através da participação de diferentes órgãos para atendimento as pessoas afetadas e diminuição de danos;
- Plano de Desastres relacionados com Riscos de Colapso ou Exaurimento dos Recursos Hídricos e Estiagem, com a finalidade de integrar o Sistema Municipal de Defesa Civil para as ações de resposta, minimização de danos e prejuízos, conforme preconizado na política nacional de Defesa Civil;
- Estrutura organizacional da COMDEC – Coordenação Municipal de Defesa Civil.



Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

- Plano Municipal de Riscos, iniciando o processo de retirada das famílias das áreas de risco de deslizamento e alagação e projeto e construção de ambientes urbanos coletivos nas áreas atualmente ocupadas;
- Plano Municipal de Defesa Civil com a instalação do sistema de alerta de cheias.

Novas Políticas e Programas

- Efetuar o planejamento do uso e ocupação do solo urbano e rural em Rio Branco por bacia hidrográfica, fundamental para a adoção de medidas de controle urbanístico, ambientais e preventivas que contribuam para o funcionamento da drenagem natural;
- Estudar obras de combate às enchentes na região, desenvolvendo uma gestão compartilhada com segmentos governamentais e da sociedade civil organizada;
- Desenvolver ações nos bairros para a redução de inundações através da construção e ampliação de bueiros e galerias nos bairros cortados por igarapés;
- Fortalecer em parceria com a sociedade e comunidades, a operação anual de desassoreamento de igarapés da cidade, com a retirada de entulhos, carcaças e lixo;
- Participar de rede de monitoramento da bacia do rio Acre, implantar redes com sistema de alerta preventivo de chuvas intensas nas bacias dos igarapés São Francisco e Riozinho do Rola e continuar o sistema no rio Acre, através de gestão consorciada com os municípios de Assis Brasil, Brasiléia e Xapuri;
- Implantar sistema de captação de águas servidas e pluviais para proteção de encostas, identificando e eliminando fossas e sumidouros
- construídos nessas áreas de risco;
- Criar sistema de monitoramento de áreas de risco, articulado entre a Defesa Civil e a Secretaria de Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana, e executar as obras prioritárias;
- Viabilizar recursos para a execução da obra de contenção do processo de solapamento da margem esquerda do Rio Acre nas áreas dos bairros Dom Giocondo e Preventório, e outras de alto risco, buscando parcerias para sua concretização;
- Implantar o Plano Preventivo de Defesa Civil com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade das comunidades em risco;
- Constituir, juntamente com moradores voluntários das áreas de risco, núcleos de defesa civil (NUDECs), estimulando e capacitando essas pessoas a compartilhar com a gestão municipal as atividades de prevenção, auto-defesa e atendimento emergencial;
- Implantar programas de educação ambiental, estimulando as populações assentadas em áreas de risco a procederem de modo a preservar e/ou recuperar os terrenos já degradados de suas comunidades, por meio da difusão de cartilhas de fácil compreensão.

1.5 Trânsito

Mesmo as cidades que tiveram o processo de formação acompanhado de planejamento urbano, atualmente enfrentam problemas relacionados ao trânsito, como a falta de vagas de estacionamento, engarrafamentos e o crescente aumento da frota de veículos. Rio Branco como a maioria das cidades amazônicas, teve como característica a ocupação às margens de um rio, com crescimento desordenado e sem planejamento.

Assim como outras capitais brasileiras, a cidade enfrenta o desafio de readequar a malha viária e planejar ações que garantam maiores níveis de mobilidade e acessibilidade aos cidadãos.

Os dados mostram que durante a gestão do Prefeito Angelim, no período de 2005 a 2012, a frota mais que duplicou, saindo de 56 mil para mais de 120 mil veículos, ou seja, enquanto a taxa de crescimento da população de 336.038 habitantes é de 3,6% ao ano, a frota de 120.000 veículos cresce quase quatro vezes mais, com taxa de 12% ao ano, tudo isso aliado ao processo de crescimento urbano e as necessidades de deslocamento, exigem a consolidação das políticas implantadas e a definição de um maior rigor nas ações.

Desde o início da gestão em 2005, o

município vive um processo de municipalização da área de trânsito. O Estado que há tempos efetuava a gestão da cidade, aos poucos foi transferindo a responsabilidade para o município, que de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, deve assumir de fato o papel principal nesse contexto.

A parceria do Estado com investimento em obras de infraestrutura foi fundamental para a cidade, com isso a Prefeitura avançou com os trabalhos junto à comunidade, realizando ações de engenharia de trânsito, como a sinalização vertical e horizontal, e o Programa de Readequação da Malha Viária – REVI. O processo de municipalização foi fortalecido com a aprovação da Lei de reestruturação da RBTRANS em 2008 e a elaboração do Plano Diretor de Transporte e Trânsito – PDTT em 2009.

As políticas de fortalecimento da gestão do trânsito serão continuadas como solução para os problemas do dia-a-dia, visando criar um ambiente que proporcione condições para maior mobilidade.

O governo Marcus Alexandre priorizará o trânsito avançando soluções a partir dos bairros, consolidando o processo de municipalização do trânsito em Rio Branco.

- Criação da Área de Restrição à Circulação – ARC – proibindo a circulação de veículos pesados na área central da cidade, ação que proporcionou maior segurança e fluidez no trânsito;
- Realização do curso de Orientador de Trânsito, que formou 120 orientadores de trânsito, capacitados para atuarem na sinalização de interdições e obras em vias públicas;

- Implantação da sinalização turística, com mapas e placas de orientação turística nas principais regiões da cidade;
- Criação do Programa de Readequação da Malha Viária – REVI, a fim de garantir maior fluidez, eliminar conflitos e riscos a segurança no trânsito;
- Construção de mais 15 km de ciclovias.



Avanços Governo Angelim (2005-2012)

- Elaboração do Plano Diretor de Transporte e Trânsito – PDTT (2009), estabelecendo diretrizes baseadas no conceito de mobilidade e acessibilidade;
- Implantação do Programa de Municipalização do Trânsito, com a aprovação da Lei de estruturação da RBTRANS (2008);
- Evolução expressiva na realização de serviços de engenharia de trânsito, com ênfase na ampliação e manutenção da sinalização vertical e horizontal;
- Criação da Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI);
- Definição de parâmetros para aprovação de projetos para construção de áreas de interesse público, locais que gerarão grande demanda de pessoas e impactará no trânsito da região - Pólos Geradores de Tráfego – (em execução);
- Início do processo de implantação do sistema de Estacionamento Rotativo (Zona Azul), com conclusão da primeira fase (área central da cidade) até o mês de dezembro/2012;

Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

- ➔ Revisar o Plano Diretor de Transporte e Trânsito - PDTT - para consolidar e ampliar a política de mobilidade urbana e rural sustentável no Município de Rio Branco;
- ➔ Consolidar o município como protagonista na gestão do trânsito com o desenvolvimento institucional da RBTRANS;
- ➔ Ampliar o Programa de Readequação da Malha Viária - REVI, com intervenções de engenharia que possam garantir maior fluidez e segurança no trânsito, com reflexos positivos para o transporte coletivo;
- ➔ Concluir o binário da Rua Isaura Parente e Avenida Nações Unidas;
- ➔ Ampliar o Projeto de Estacionamento Rotativo para os bairros mais adensados (Estação Experimental e Bosque);
- ➔ Continuar as ações que garantam um controle centralizado de semáforos em tempo real, com monitoramento do trânsito através de câmeras e operação de um conjunto de painéis de mensagens variáveis, Central Inteligente de Trânsito - CIT;
- ➔ Ampliar o Programa de Formação de Orientadores de Trânsito;
- ➔ Continuação da revitalização e ampliação da malha cicloviária com padronização conforme previsto no PDTT.

Novas Políticas e Programas

- ➔ Construir a Central Municipal de Transporte e Trânsito com anexo da "Cidade da Criança", que será dotada de um modelo de infraestrutura urbana, biblioteca, sala de aula, de convivência e outros equipamentos necessários para que as crianças do ensino fundamental possam viver no local os conceitos de mobilidade urbana;
- ➔ Implantar o Programa "Bom Passeio" promovendo a retirada de obstáculos para acessibilidade de pedestres e propiciando condições de visibilidade para um trânsito mais seguro;
- ➔ Criar o Programa de Educação para o Trânsito a ser desenvolvido nas escolas da rede municipal de ensino;
- ➔ Ampliar o Programa de Readequação da Malha Viária - REVI - de Rio Branco, dando continuidade aos grandes investimentos em vias estruturantes, com destaque para a Rua Isaura Parente e Av. Nações Unidas, Estrada da Floresta, Av. Getúlio Vargas, Ruas Minas Gerais e Rio de Janeiro, Rua São Salvador e Campo Grande, Rua João XXIII e São Sebastião, Estrada Apolônio Sales, Estrada da Sobral (até a CEASA);
- ➔ Incentivar a criação dos Centros de Distribuição de Cargas no entorno da cidade, visando evitar o tráfego de veículos de cargas pesadas pela cidade;
- ➔ Incentivar a criação de "Centros de Bairro", com a implantação de serviços essenciais a população em seus bairros (bancos, farmácias, correios, loterias, atendimento ao cidadão - CAC) com destaque para a Baixada do Sol; Universitário/Tucumã/Rui Lino/Mocinha Magalhães; Via Chico Mendes; Tancredo Neves/Defesa Civil/Conj. Xavier Maia/Conj. Adalberto Sena/Placas; Vila Acre; Região do São Francisco e bairros vizinhos.

1.6 Transporte

Rio Branco passa por importante processo de evolução no que se refere a transporte público.

No transporte coletivo, foram implantadas novas tecnologias como a bilhetagem eletrônica e o GPS (sistema de posicionamento) e, ainda, a renovação e modernização da frota de ônibus. Na atual administração estas ações foram nominadas de "Novo Transporte", pois objetivam garantir maior mobilidade e cidadania.

Em Rio Branco 100% da frota de transporte coletivo encontra-se padronizada, 80% renovada com 70% adaptada para cadeirantes, sendo no mínimo um ônibus com plataforma elevatória em cada linha. São 151 ônibus, divididos em 36 linhas, operado por três empresas: Viação Flo-

resta, São Judas Tadeu e Via Verde Transportes. São registradas mais de 2 milhões de passagens por mês, 24 milhões de passagens por ano com mais de 150mil pessoas cadastradas na bilhetagem, dos quais se destacam mais de 50mil estudantes.

Nos transportes individuais registramos uma expressiva renovação e modernização das frotas de táxis e mototaxis, com veículos com idade média de 3 anos, padronização das frotas e construção e renovação de abrigos.

Neste sistema, estão registrados 602 táxis, 569 moto-táxis, operados por mais de 1.500 permissionários, que realizam mais de 100 mil viagens de táxi por mês e mais de 1,2 milhões por ano, mais de 180 mil viagens de moto-táxi por mês e mais de 2,16 milhões por ano.

Avanços Governo Angelim (2005-2012)

- ➔ Elaboração do Plano Diretor de Transporte e Trânsito - PDTT, estabelecendo diretrizes baseadas no conceito de mobilidade e acessibilidade;
- ➔ Reforma e ampliação do Terminal Urbano, melhorando o trânsito diário de 50.000 pessoas;
- ➔ Implantação do Sistema de Bilhetagem Eletrônica em 2008, considerada a primeira grande ação na área de tecnologia, voltada para a modernização do sistema de transporte público;
- ➔ Implantação da Integração temporal, possibilitando a integração entre linhas de ônibus convergentes com a cobrança de apenas, uma passagem, sem a necessidade de deslocamento até o Terminal Urbano;
- ➔ Renovação da frota de ônibus, iniciada em 2010, como parte das medidas adotadas pela atual gestão para melhorar o sistema de transporte coletivo da cidade;
- ➔ Ampliação da oferta de transporte urbano - saltando de 139 para 151 ônibus, passando a atender regiões da cidade que não possuíam cobertura de transporte coletivo: Residencial Jequitibá, Residencial Santo Afonso, Residencial Jacarandá, Residencial Iaco, Residencial Purus, Ramal Bom Jesus, Ramal Boa Água e Ramal do Limoeiro, Ramal do Mutum, Bairro Ilson Ribeiro, Bairro Eldorado, Ramal da Judia, Shopping Via Verde e Complexo Viário Amadeo Barbosa;
- ➔ Construção de Estações de Integração para o transporte urbano - Estação Ceasa e Estação Rodoviária;
- ➔ Implantação do Centro de Controle Operacional - CCO/Transporte - GPS na frota, que garante maior controle por parte da fiscalização no que se refere ao cumprimento de viagens, horários, entre outros;
- ➔ Implantação do Sistema de Informação ao Usuário, disponibilizando canais de comunicação como site e painéis com mensagens no Terminal Urbano, ouvidoria e marketing acerca do transporte coletivo;

- ➔ Criação do Programa de Formação de Operadores do Transporte – FORTRANS - requalificação para motoristas, cobradores e fiscais de ônibus, bem como exigência de cursos de qualificação para novos operadores do sistema de transportes;
- ➔ Padronização e renovação de 100% da frota de táxi;
- ➔ Padronização e renovação de 100% da frota de moto-táxi;
- ➔ Abertura de 102 novas vagas para o serviço de moto-táxi, possibilitando oportunidade de legalização para quem já operava o serviço trabalhando na clandestinidade, os chamados “pirangueiros”;
- ➔ Construção, modernização e recuperação de abrigos de táxi e moto-táxi;
- ➔ Demarcação de 80 vagas de estacionamento destinadas a idosos e deficientes;

- ➔ Criação do Sistema de Atendimento aos Usuários Portadores de Dificuldade de Locomoção Severa – SAUD - em 2006. Esse serviço surgiu para suprir a demanda de transporte para este público, uma vez que a cidade não possuía frota de ônibus adaptada. O serviço é gratuito e atende mensalmente com dois veículos tipo Kombi mais de 300 usuários devidamente cadastrados no Sindcol;
- ➔ Construção da Rodoviária Internacional de Rio Branco que entrará em funcionamento ainda este ano. A nova Rodoviária também irá funcionar como um Terminal de Integração do transporte urbano, sendo ponto de convergência das linhas de ônibus que circulam no segundo distrito.
- ➔ Construção, modernização e recuperação de abrigos de ônibus;
- ➔ Adaptação de 70% da frota de ônibus para cadeirantes.



- ➔ Renovação de 80% da frota de ônibus.

Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

- ➔ Revisar o PDTT para consolidar e ampliar a política de mobilidade urbana e rural sustentável no Município de Rio Branco;
- ➔ Ampliar as linhas que compõem a Integração temporal, possibilitando ao usuário poder descer e embarcar em outro coletivo sem ter que pagar outra passagem, assim pode ir de um bairro a outro de forma mais rápida, sem ter que passar pelo Terminal Urbano;
- ➔ Promover ampla campanha de divulgação da Integração temporal;
- ➔ Renovar e ampliar a frota, com ônibus mais modernos que garantam conforto e segurança ao usuário;
- ➔ Construir três Estações de Integração para o transporte coletivo urbano prevista para os bairros Adalberto Sena, São Francisco e Tucumã (próximo a UFAC);
- ➔ Ampliar a área de cobertura do Centro de Controle Operacional – CCO;
- ➔ Ampliar a área de cobertura do Sistema de Informação ao Usuário – SIU;
- ➔ Programa de Formação de Operadores do Transporte – FORTRANS, para atendimento ao crescimento da demanda;
- ➔ Construir, modernizar e recuperar abrigos de ônibus, táxi e moto-táxi.

Novas Políticas e Programas

- ➔ Realizar estudo para implementação de uma política de barateamento da tarifa de ônibus voltada para os estudantes;
- ➔ Implantar novas linhas que atendam a zona rural no entorno da cidade, como exemplos os ramais da Zezé, da Piçarreira e Barro Vermelho;
- ➔ Implantar linha executiva com o objetivo de melhorar a fluidez no trânsito, sendo alternativa para a redução de veículos na área central;
- ➔ Criar corredores exclusivos de transporte coletivo visando melhorar a velocidade média e assim o atendimento aos usuários.

Rio Branco Acolhedora, com Qualidade de Vida e Cuidando de suas Crianças

2



As cidades configuram a imagem objetiva do seu povo, resguardando a sua história e a sua cultura singular. Assim é a cidade de Rio Branco, definindo-se como território a partir da colonização às margens do rio Acre, no seringal Volta da Empresa, na atual Gameleira. A simplicidade do modo de vida e o acolhimento de compadrio dos que residiam aos que por aqui chegaram fizeram da cidade um lugar pulsante, cuja criatividade transita entre o novo e o antigo e impulsiona a sociedade a construir um quadro de referência em relação ao seu futuro.

A cidade cresceu. Atualmente Rio Branco abriga 46% da população total do Estado. Desse total, 92% da população residem na área urbana. Se por um lado, os problemas relacionados aos vetores de urbanização se tornam complexos e acentuados, por outro, iniciativas inovadoras de políticas públicas melhoram cada vez mais a qualidade de vida da população.

Os avanços nas áreas da saúde e da educação, serviços essenciais ao desenvolvimento humano, são visíveis nesses últimos oito anos. De forma sintética e ilustrativa, destacamos, nos últimos 8 anos, uma significativa redução na taxa de mortalidade infantil (44,7%)

e uma elevação do indicador da qualidade da educação IDEB, em que Rio Branco assumiu o segundo lugar entre as capitais da região Norte. Esses avanços foram resultado de um esforço coletivo, que envolveu a conjugação de uma qualificada aliança política pelo desenvolvimento sustentável do Acre e a participação da sociedade como indutora e beneficiária dos serviços públicos promovidos pela Prefeitura Municipal de Rio Branco.

A continuidade das melhorias é necessária e fundamental para consolidar um ciclo de desenvolvimento, iniciado na gestão do Prefeito Raimundo Angelim (2005-2012). Avanços nas áreas de Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, Esporte, Lazer, Turismo e Segurança, beneficiam e satisfazem as necessidades das atuais gerações e preparam o ambiente das gerações vindouras para uma nova vida em sociedade.

Pensar o futuro, mesmo considerando as suas contingências, requer um olhar aguçado para a situação atual das crianças, colocando-as na centralidade das políticas públicas. É construir um caminho renovado de vivências, reestabelecer novos laços de solidariedade, criar imagens e

poéticas imprescindíveis para o reconhecimento de si e do outro como sujeitos da história e da mudança permanente da vida em comunidade.

A seguir são registrados os avanços obtidos e as propostas de ação nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer, turismo e segurança com cidadania.

A gestão Marcus Alexandre (2013-2016) terá seu foco prioritário nas crianças, possibilitando condições adequadas para seu desenvolvimento, através de processos educacionais sólidos e contínuos, com acesso a bens culturais, esportivos e de lazer, garantindo segurança com cidadania, além de possibilitar que as crianças tenham condições de ampliar seus conhecimentos, a partir de vivências nas áreas urbana e rural.

2.1 Saúde

No Brasil, desde 1988, o Sistema Único de Saúde (SUS), constituído após ampla participação e mobilização popular, é de responsabilidade dos três níveis de Governo Federal, Estadual e Municipal. A articulação entre esses poderes e consequente definição de prioridades comuns são fundamentais para o financiamento e a execução com êxito das ações de saúde na rede de atenção primária.

Atualmente o Sistema Municipal de Saúde de Rio Branco é composto por 14 uni-

dades de referência, sendo 04 Unidades de Referência para Atenção Primária (URAP's) e 10 Centros de Saúde (CS), em parceria com o Governo do Estado do Acre. As URAP's funcionam das 7 às 19 horas com equipe multiprofissional (escala médica em tempo integral) e os Centros de Saúde no horário das 7 às 18 horas, também com equipe multiprofissional e com médicos em dois turnos. Na URAP Cláudia Vitorino, foi implantado, em parceria com o Ministério da Saúde, o Centro de Especialidade Odontológica (CEO).

A saúde da família, principal e mais importante estratégia da atenção primária, conta com 51 Unidades de Saúde da Família, sendo 49 localizadas no perímetro urbano e 02 na zona rural (Projeto Figueira/Estrada Transacrea Km 69 e Polo Benfica). As ações de saúde bucal funcionam em 19 destas unidades.

Portanto, o modelo de atenção em nosso município tem como foco principal a Estratégia Saúde da Família (ESF), transformando a casa de cada cidadão como primeira unidade de atendimento. Assim, a família é acompanhada pelo Agente Comunitário de Saúde (ACS) e pela equipe da Unidade de Saúde da Família. Havendo necessidade de atendimento especializado, encaminha-se o paciente para a unidade referência (Centro de Saúde ou URAP) da área de abrangência para a realização de exames ou agendamento para o serviço de média e alta complexidade.



Cada unidade de referência oferece atendimento de enfermagem, planejamento familiar, imunização, pré-natal, PCCU, curativos, atendimento odontológico, atendimento médico, coleta de material para exames complementares, agendamento de consultas e exames especializados para a média e alta complexidade, assistência e acompanhamento dos pacientes identificados nos programas de Hipertensão, Diabetes, Tuberculose, Leishmaniose, DST/AIDS, atenção ao Idoso, Controle do Tabagismo, Saúde do Trabalhador, Saúde do Homem, Saúde da Mulher, Criança e Adolescente, Saúde Mental e Hanseníase.

Quanto aos exames complementares, foram implantados 2 Centros de Apoio ao Diagnóstico (CAD). Um funciona para análises clínicas (exames de sangue, urina e fezes), onde a coleta do material e entrega dos resultados são realizadas nas Unidades de Referência. O outro CAD realiza exames por imagem (Mamografia, Ultrassonografia, Eletrocardiografia e Raio-X).

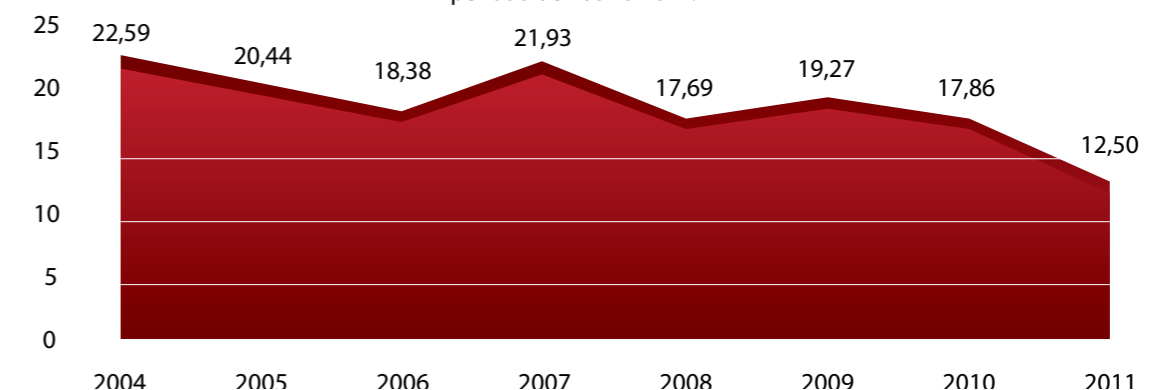
As ações de vigilância epidemiológica e ambiental, descentralizadas e articuladas com a comunidade, têm garantido bons resultados no controle de doenças como

No Controle de Zoonoses, a prefeitura dispõe de um Centro para promoção das ações de prevenção (vacinação em cães e gatos) e controle da raiva, leishmaniose e leptospirose. Desenvolve também ações de educação, estimulando a adoção de animais recolhidos ao Centro.

O resultado do conjunto deste trabalho tem impactado na melhoria progressiva dos indicadores de saúde, refletindo melhoria na qualidade de vida da comunidade. Um dos principais indicadores de avaliação dos serviços de saúde oferecidos a uma população refere-se à mortalidade infantil. Em Rio Branco, foi possível uma redução expressiva da taxa de mortalidade infantil devido ao acompanhamento realizado desde a gestação, através do pré-natal, passando pelo monitoramento do crescimento e desenvolvimento da criança, administração das vacinas de acordo com o calendário e intervenção imediata para as situações de risco como a desnutrição, diarreia e infecções respiratórias agudas.

Assim, a taxa de mortalidade infantil foi reduzida de 22,59/1.000 nascidos vivos em 2004 para 12,50/1.000 nascidos vivos em 2011 (redução de 44,7%).

Taxa de Mortalidade Infantil em crianças menores de 1 ano, residentes no município de Rio Branco- AC, no período de 2004 a 2011.



Fonte: SIM/SINASC - Método de Cálculo - Nº de óbitos em crianças residentes com menos de 1 ano de idade / Nº de nascidos vivos de mães residentes no mesmo espaço de tempo X 1.000

malária, leishmaniose, tuberculose, hanseníase e dengue entre outras. Esta última – a dengue – tem apresentado redução significativa e consistente, fruto de uma grande parceria entre os Governos Federal, Estadual, Municipal e a comunidade.

Buscando responder a um desafio crescente nas doenças decorrentes do uso do crack, álcool e outras drogas, a Secretaria Municipal de Saúde atua na ampliação do acesso à rede de atenção integral à saúde mental e ainda atuará através da implan-

tação de uma Unidade de Acolhimento Adulto para usuários de crack, álcool e outras drogas, com previsão de funcionamento no segundo semestre de 2012. Também implantará um consultório na rua, para atendimento às pessoas em situação de rua.

Atualmente, as pessoas com transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas e suas famílias são acompanhadas com ações de promoção e prevenção, assim como tratamento e oferta de medicamentos psicotrópicos na rede de atenção primária, articulando e integrando com outros pontos de atenção no município de Rio Branco.

Todas as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde são discutidas e pactuadas com a comunidade. As deliberações da Conferência Municipal de Saúde são consideradas no planejamento da Secretaria e aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde, transformando-se no

Plano Municipal de Saúde, executado pela Secretaria. Mais recentemente, foi ampliada a participação popular na construção da saúde pública, participação esta que é um dos pilares da prática Política e Ética da Frente Popular do Acre. Foram criados os Conselhos Populares de Saúde (Cops) nos 14 segmentos, com o objetivo de discutir e implementar ações de saúde em parceria com a comunidade, promovendo a participação como elemento na busca coletiva por soluções para os problemas comuns a todos.

As Feiras de Saúde, resultado de uma demanda comunitária através dos Cops, têm sido executadas pela Prefeitura Municipal de Rio Branco, Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Saúde, Conselhos Populares de Saúde, lideranças comunitárias e organizações não governamentais, constituindo-se em espaço privilegiado de diálogo e oferta de serviços públicos.

Rola, Uirapuru, Assembleia de Deus, Cumarú, Igarapé Vai-se-Ver, Centro de Florestania, Francisco do Espalha, Boca do Espalha, Macaúba, Espalha e Igarapé Espalha; e nas localidades de Macapá, Riozinho do Rola, Transacreana Km 72, Projeto Itamaraty Km 80, Ramal Olho D'água Km 10, Transacreana Km 90, Cumarú, Igarapé Vai-se-Ver, Transacreana Km 72, Belo Jardim Rural III, Catuaba e Barro Vermelho;

- Realização de Feiras de Saúde, em parceria com as instituições não governamentais, para melhoria do acesso às ações e serviços de saúde, sendo realizados 43 mil atendimentos em 2011;
- Criação do Comitê de Saúde da População Negra, visando à implementação da Política de Atenção Integral à Saúde da População Negra, em consonância com os Planos Federal e Estadual de Saúde;
- Implantação da Assistência Farmacêutica, efetivando o controle na aquisição, armazenamento e dispensação de medicamentos na rede e a ampliação dos itens constantes na Relação Municipal de Medicamentos – REMUME,

ampliando de 63 para 245 itens, sendo 14 de psicotrópicos;

- Implantação do programa Farmácia Popular do Brasil, em parceria com o Ministério da Saúde, visando ampliar o acesso da população a medicamentos essenciais com preços reduzidos;
- Descentralização das ações de vigilância epidemiológica e ambiental, com consequente controle de doenças como malária, leishmaniose, tuberculose, hanseníase, dengue entre outras.
- Implantação da Ouvidoria Municipal de Saúde, objetivando a melhoria da qualidade dos serviços prestados, sendo registradas 2.005 demandas no período de outubro de 2009 a abril de 2012;
- Contratação de servidores aprovados em concurso público, permitindo a substituição dos profissionais com vínculo provisório ou cooperado;
- Formação dos trabalhadores da saúde adequada ao modelo de gestão proposto pela SEMSA com ênfase na atenção primária (CDG-SUS);
- Criação do cargo e realização de concurso para contratação de 251 Agentes Comunitários de Saúde.

Avanços Governo Angelim (2005-2012)

- Redução expressiva na taxa de mortalidade infantil: de 22,59/1.000 nascidos vivos, em 2004, para 12,50/1.000 nascidos vivos em 2011 (redução de 44,7%);
- Construção de 10 unidades básicas de saúde;
- Reforma, ampliação e reequipamento das Unidades Básicas de Saúde Vila Ivonete, Ary Rodrigues, Mario Maia, Souza Araújo, Cláudia Vitorino e Placas com espaços saudáveis e acolhedores de trabalho para os profissionais e usuários;
- Implantação do Centro de Especialidade Odontológica (CEO) no Centro de Saúde Cláudia Vitorino;
- Adesão à iniciativa do Ministério da Saúde Brasileirinhos e Brasileirinhas Saudáveis, que visa fortalecer os esforços para articulação, interação e desenvolvimento de ações voltadas à saúde da mulher e da criança até seis anos, etapa designada como “primeira infância”;
- Adesão à iniciativa do Ministério da Saúde Rede Cegonha, que visa implementar uma rede de unidades assegurando às mulheres o direito ao planejamento familiar e atenção humanizada à gravidez, parto e ao puerpério e, às crianças, ao nascimento seguro, crescimento e desenvolvimento saudáveis;
- Implantação do Comitê de Mortalidade Materna e Infantil, objetivando a realização de investigação de mortes de mulheres em idade fértil considerado pelo Ministério da Saúde na faixa etária de 10 a 49 anos e criança menor de um ano;
- Implantação do programa Saúde na Comunidade, visando garantir a assistência à população rural e ribeirinha, promovendo a proteção, prevenção e recuperação;
- No período de 2005 a 2011, realizaram-se mais de 50 mil atendimentos nas localidades fluviais do Barro Alto, Água Preta, Cajazeira, Passagem, Projeto Oriente, Macapá, Riozinho do



- Ampliação do horário de funcionamento (de 2ª feira a 6ª feira das 7 às 19 horas) das URAP's Augusto Hidalgo de Lima (Palheiral), São Francisco, Roney Meireles (Adalberto Aragão) e Eduardo Assmar (Bairro XV).

Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

- Consolidação dos programas e ações voltados à redução da taxa de mortalidade infantil;
- Ampliação do Programa Saúde na Escola para todas as escolas municipais com atendimento aos alunos e comunidade da área de abrangência;
- Ampliação do Programa Saúde na Comunidade;
- Ampliação dos serviços ofertados pela atenção primária de saúde, com promoção, prevenção e assistência aos adolescentes privados de liberdade em regime de internação e internação provisória nos segmentos de referência de saúde;
- Ampliação da cobertura da Estratégia da Saúde da Família para mais de 50% em Rio Branco.



- Ampliação do Programa Saúde em Movimento com a implantação de 10 academias ao ar livre, aumentando de 10 para 20 na cidade de Rio Branco.

Novas Políticas e Programas

- Potencializar as ações da saúde em família através da política da Saúde mais Perto de Você com a construção de 10 Unidades de Saúde da Família, comportando ao todo 40 equipes;
- Criar o Programa Rio Branco Sorridente, ampliando a oferta dos serviços em odontologia em todas as unidades da Atenção Primária;
- Oferecer melhor acesso ao trabalhador, ampliando o horário de atendimento até às 8 horas da noite de 2ª feira a 6ª feira das unidades Barral Y Barral, Vila Ivonete, Ary Rodrigues, São Francisco, Roney Meireles, Eduardo Asmar e Hidalgo de Lima;
- Criar o Programa Rio Branco Livre de Drogas, Rio Branco mais Saudável! com a implantação do Consultório na Rua, apoio técnico e financeiro às comunidades terapêuticas;
- Construção de um Centro de Apoio Psicossocial – CAPS, oferecendo o cuidado aos usuários de crack, álcool e outras drogas e o acolhimento às pessoas que possuem algum sofrimento ou transtornos mentais;
- Manter a trajetória de redução da mortalidade infantil, fortalecendo as ações do acompanhamento do pré-natal, parto e puerpério e incentivo ao aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade;
- Disponibilizar em 100% das unidades de saúde a suplementação de ferro e vitamina “A” para gestantes e crianças;
- Manter a oferta de medicamentos específicos da atenção primária, conforme itens da relação municipal de medicamentos;
- Fortalecer a política municipal da pessoa com deficiência, articulando e promovendo ações voltadas à inclusão no sistema de saúde;
- Fortalecer o Comitê de Saúde da População Negra garantindo intervenção conjunta nas diversas instâncias e órgãos do Sistema Único de Saúde.

2.2 Educação

A educação evoluiu muito nos últimos anos em Rio Branco. Iniciada em 2005, a gestão do prefeito Raimundo Angelim impulsionou avanços em todas as dimensões que compreendem a oferta do serviço de educação, com intervenções que vão desde a adequação física da rede escolar até a definição de políticas educacionais estruturantes e organização dos programas e projetos, que, juntos, alavancaram a qualidade do ensino em Rio Branco.

Com o Regime de Colaboração, a Secretaria Municipal de Educação (Seme) e a Secretaria de Estado de Educação (SEE) integraram seus sistemas de ensino, instituindo um único sistema de educação

pública, que organizou a rede. Para isso, as duas redes tiveram que se readequar pedagógica e estruturalmente para garantir o funcionamento das escolas de acordo com cada modalidade de ensino. Nesse novo contexto, coube ao município acompanhar pedagogicamente todas as escolas públicas estaduais e municipais de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental da capital.

A integração dos sistemas de educação também permitiu a implantação, em 2006, do programa *Matrícula Cidadã*, que garantiu vagas em todas as modalidades de ensino numa mesma regional. A partir de um sistema de organização de matrículas, o aluno, depois de entrar na rede, já passa automaticamente a ter garantia de vaga na modalidade subsequente. Com



A merenda escolar é também outra marca de qualidade desta gestão na educação

a regionalização da matrícula a partir da construção, adequação e ampliação das escolas, o programa reordenou toda a rede de ensino, considerando a demanda de cada modalidade, o que deu aos pais a facilidade de confirmar a matrícula do filho na unidade escolar mais próxima de suas casas e, principalmente, representou o fim das filas e a redução dos gastos com transporte.

O programa *Matrícula Cidadã* foi premiado pelo Ministério da Educação, tornando-se referência para as demais capitais do Brasil, sendo, inclusive, pauta de apresentação em evento internacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

A rede municipal conta atualmente com 75 unidades escolares, entre 10 creches, 27 escolas do Ensino Infantil, 17 de Ensino Fundamental e 21 escolas rurais, além de acompanhar pedagogicamente alunos de 57 escolas estaduais, de 1º ao 5º ano.

Outro resultado positivo alcançado foi a elevação da matrícula na rede municí-

pal. Em 2005, atendíamos a pouco mais de 10 mil alunos. Em 2012, esse número alcançou mais de 20 mil alunos. Além disso, fazemos o acompanhamento pedagógico de mais 20 mil alunos de 1º ao 5º ano da rede estadual, alcançando mais de 40 mil alunos em Rio Branco.

Entre os resultados desta gestão compartilhada pode-se citar ainda a superação das metas de Rio Branco no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que tem como meta nacional a nota 6, em 2022, que corresponde à qualidade do ensino em países desenvolvidos.

Realizado a cada 2 anos, o último Ideb (2009) apontou Rio Branco com a nota 5, posicionando-se entre as seis capitais do Brasil com o melhor índice de desempenho dos alunos. Com esse número, Rio Branco ultrapassou a média nacional de 4,6 e assumiu o 2º lugar na lista de capitais da região Norte, com melhor qualidade de ensino.

Sobre qualificação e reconhecimento profissional, a prefeitura conseguiu ofe-

recer curso superior aos professores da rede municipal, alcançando a marca de 99,6% de todos os seus professores com Ensino Superior. Ainda na perspectiva de melhorar a qualificação profissional e a atuação dos professores em sala de aula, a Seme implantou na rede municipal o programa de formação continuada *Aqui é lugar de ensinar aprendendo*.

A merenda escolar é também outra marca de qualidade desta gestão na educação, oferecendo mais de 20 mil refeições por dia. Com a compra da agricultura familiar, foi possível organizar um cardápio regional para atender às necessidades nutricionais de cada modalidade de ensino, considerando, inclusive, a aceitação por cada faixa etária.

Este cuidado resultou no *Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar*, em que Rio Branco foi selecionado, pelo *Programa Fome Zero*, entre 1.080 cidades, e ganhou 02 prêmios – Destaque região Norte e Sociobiodiversidade.

A implantação do programa do Governo Federal *Mais Educação* em 10 escolas da cidade foi outro ganho importante para a educação de Rio Branco. O programa visa atender, no turno estendido escolar, alunos em risco social. Com atividades de letramento em Português e Matemática, práticas de esporte, lazer, arte, informática e cidadania, os alunos retornam à escola no período seguinte ao turno regular.

O sucesso do programa já foi verificado nos resultados de aprendizagem dos alunos e das escolas e também na redução do índice de repetência, advertência e evasão escolar.

Em Rio Branco, todas as escolas municipais contam com o programa Saúde na Escola (PSE). Instituído em 2005, o objetivo é realizar ações preventivas de saúde nas unidades escolares, desde a creche até as escolas rurais, contribuindo para o ensino, formação psicossocial e proteção social dos alunos em caso de desajustes familiares, como exploração e violência, a partir da atuação de 01 Fonoaudiólogo, 01 Psicólogo, 03 Assistentes Sociais e 01 Dentista e 17 Técnicos de saúde bu-

cal. Dentro da política de inclusão, desde 2008, o município de Rio Branco se organizou para receber as crianças com deficiência na rede pública de ensino, tendo como objetivo garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos.

Assim, a rede regular de ensino atende alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e de altas habilidades, além de superdotação, oferecendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE), um serviço da educação especial que visa identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas.

Para levar educação às comunidades mais isoladas, outra grande conquista da gestão Angelim foi implantar o programa Asas da Florestania Infantil em Rio Branco, em que foram formadas cinco turmas de crianças de 4 e 5 anos, moradoras de áreas de difícil acesso que passaram a receber educação domiciliar.

Outra ação ousada da educação municipal foi implantar educação em tempo integral em uma escola de Rio Branco. Localizada numa área carente da cidade, a Escola Francisco de Paula Oiticica Filho passou a atender seus alunos nos dois turnos, oferecendo atividades que proporcionam o desenvolvimento das diversas potencialidades dos alunos nos aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais.

Vale destacar ainda que 4 mil estudantes da rede municipal serão incluídos no programa Liga pela Paz, implantado em 2012 na rede escolar, como forma de inserir a cultura da paz e da inteligência relacional na formação de todos os alunos dos 1º e 2º anos.

A Gestão Marcus Alexandre coloca as crianças na centralidade de suas ações governamentais. Neste sentido, a educação é o caminho para garantir a formação adequada e os cuidados necessários para desenvolvimento desta população. A parceria com o Governo Federal, através do programa Brasil Carinhoso possibilitará ampliar a rede de ensino com a construção de creches e pré-escolas.

Avanços Governo Angelim (2005-2012)

- Implantação do programa *Matrícula Cidadã*, garantindo vagas em todas as modalidades de ensino numa mesma regional;
- Reforma e construção das unidades escolares, sendo que em 2005 existiam 7 creches com 472 alunos e, em 2011, passaram para 12 creches num total de 1.023 alunos;
- Implantação do regime de colaboração entre governo e prefeitura, estabelecendo uma nova lógica de organização e funcionamento do sistema de educação de Rio Branco, redefinindo as atribuições do município;
- Elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), chegando a nota 5 e alcançando o 2º lugar na qualidade de ensino das capitais da região Norte. Em 2005, a nota foi 4,1 e, em 2007, passou para 4,4;
- Implantação do programa do Governo Federal Mais Educação, visando atender, no turno estendido, alunos em vulnerabilidade social. Com atividades de letramento em Português e Matemática, práticas de esporte, lazer, arte, informática e cidadania;
- Implantação da primeira escola do programa de *Educação Integral*, na Escola Municipal Francisco Oiticica, no bairro Bahia Nova;
- Investimento na formação dos professores. Hoje, 99,6% dos professores têm nível superior;
- Atendimento com Ensino Especial de 843 alunos, sendo 214 em escolas municipais e 629 na rede estadual;
- Consolidação do Centro de Multimeios como espaço de referência para o desenvolvimento de atividades de aprendizagem e leitura no município;
- Dentro da política de valorização profissional, Rio Branco paga um dos melhores salários do país, cerca de R\$ 1.740,00, quando a média nacional é de R\$ 1.170,00.



- Elevação da matrícula na rede municipal, saindo de pouco mais de 10 mil alunos em 2005 para mais de 20 mil alunos em 2012.

Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

- Construção de novas creches e escolas;
- Ampliação do atendimento de creches (comunitárias, assistenciais e filantrópicas) através de convênios e parcerias;
- Inserção na Educação Infantil e no primeiro ciclo do Ensino Fundamental da Educação Física como área do currículo;
- Ampliação da oferta de vagas dos programas de elevação da escolaridade, tais como *Educação de Jovens e Adultos (EJA)* e *Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM)*;
- Ampliação do número de escolas em tempo integral;
- Ampliação do número de professores da rede municipal com nível superior para 100%;
- Ampliação da formação para profissionais da rede municipal (especializações, mestrados e doutorados);
- Fortalecimento do programa *Saúde na Escola (PSE)*;
- Fortalecer o *Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD)*.

Novas Políticas e Programas

- Ampliar o programa *Liga pela Paz* para toda a rede municipal;
- Universalizar o atendimento de pré-escola às crianças de 4 e 5 anos de idade até 2016, conforme as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação;
- Ampliar o atendimento em creches, através de parcerias com as organizações sociais, religiosas e com as empresas privadas;
- Implantar o Programa *Amigo da Creche*, através de lei específica, incentivando empresas a implantar ou manter creches;
- Construir o *Plano Municipal de Educação*, definindo metas para os próximos dez anos;
- Ampliar o atendimento escolar na Zona Rural;
- Implantar o programa *Escola Aberta* aos finais de semana para utilização pela comunidade, conforme projeto político pedagógico;
- Inserir *Educação para o Trânsito* na proposta curricular das escolas;
- Ampliar o número de psicólogos e assistentes sociais do programa *Saúde na Escola*;
- Construir quadras esportivas cobertas e coberturas nas quadras das escolas municipais.

2.3 Arte e Patrimônio Cultural

A valorização de um povo passa pela democratização dos bens culturais, o fortalecimento das identidades locais e a proteção e promoção de sua diversidade. Ampliar as iniciativas locais, em diálogo com artistas, produtores e comunidades culturais, aperfeiçoando mecanismos de

financiamento da cultura é condição essencial para cumprirmos esse objetivo.

Rio Branco, desde 2005, vem apresentando respostas às demandas por políticas públicas. A etapa inicial foi a estruturação de políticas públicas de arte, patrimônio cultural, esporte e lazer. Após a última reforma admi-

nistrativa de 2005 da Prefeitura, a Fundação Garibaldi Brasil, órgão gestor da cultura do esporte e lazer, incorporou a área de Turismo.

A construção e implementação do Sistema Municipal de Cultura (SMC, Lei nº 1.676/2007) foi o alicerce para os avanços alcançados. A esses avanços somaram-se a realização de diversas conferências municipais e a construção e reforma de espaços de esporte, lazer e cultura, tais como o Centro de Tradições Populares – Quadrilátero – (bairro Tucumã); Casa de Cultura Dona Neném Sombra (bairro Quinze); Centro Cultural Thaumaturgo Filho (bairro Manoel Julião) e a praça Joaquim Falção Macedo (bairro Plácido de Castro).

No que se refere ao Patrimônio Cultural, podemos citar a criação da Lei Municipal nº 1.677/2007, que integra ao Patrimônio do Município o conjunto de bens móveis e imóveis, materiais e imateriais, públicos ou particulares, que contenham referência às Identidades, às Ações e às Memórias dos diferentes sujeitos formadores da comunidade rio-branquense.

O governo Marcus Alexandre pretende fortalecer as identidades culturais locais, valorizando e promovendo as manifestações artísticas e assegurando o acesso das comunidades a bens artísticos e culturais.

Avanços Governo Angelim (2005-2012)

- ➔ Criação e implementação do Sistema Municipal de Cultura – SMC, Lei nº 1.676/2007;
- ➔ Realização de 3 Conferências Municipais de Cultura (2007/2009/2011);
- ➔ Construção e implementação da Lei nº 1.677/2007, Lei Municipal de Patrimônio Cultural;
- ➔ Articulação da Rede Acreana de Cultura (RAC), formada pela Fundação Garibaldi Brasil (FGB), Fundação Elias Mansour (FEM), Ministério da Cultura/AC, IPHAN/AC, SEBRAE, SESC, SESI, Licenciatura em

- Música/UFAC, Centro de Mídias/SEME e Sistema Estadual de Comunicação;
- ➔ Criação de mais 3 espaços/equipamentos culturais: Casa de Cultura Dona Neném Sombra, Centro de Tradições Populares – Quadrilátero, Batelão Cultural;
- ➔ Tombamento do Perímetro Alto Santo (2008);
- ➔ Reativação do Memorial Raimundo Irineu Serra (2009);
- ➔ Transformação do Parque Urbano Capitão Ciríaco em Museu a céu aberto (2009).



- ➔ Construção do Plano Municipal de Cultura (2012-2022).

Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

- ➔ Consolidação do Plano Municipal de Cultura – 2012-2021;
- ➔ Reestruturação da Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil (FGB);
- ➔ Consolidação da Rede Acreana de Cultura (RAC);
- ➔ Fortalecimento da participação dos fazedores culturais nos processos de tomada de decisão da política cultural;
- ➔ Ampliação das temáticas do Museu do Parque Urbano Capitão Ciríaco, sobre a História de Rio Branco.

Novas Políticas e Programas

- ➔ Criar o *Calendário Cultural da Cidade*;
- ➔ Realizar anualmente o *Festival Municipal de Música Popular*;
- ➔ Implantar o programa *Cinema nos Bairros*, levando cinema, teatro, música e culturas urbanas aos bairros;
- ➔ Criar a *Banda Municipal* e estimular a criação de bandas nas comunidades;
- ➔ Realizar a *Virada Cultural* em dois finais de semana por ano, com atividades de música, teatro, poesia, dança e outras expressões culturais;
- ➔ Apoiar a realização de festividades juvenis nas regionais;
- ➔ Construir espaços e equipamentos culturais em bairros e áreas rurais;
- ➔ Ampliar as atividades culturais com centralidade nos bairros;
- ➔ Implementar programas de acesso ao teatro, dança e música;
- ➔ Identificar, proteger e promover espaços físicos de relevância histórico-cultural e patrimônios identitários para o município de Rio Branco;
- ➔ Construir uma política de manutenção, ocupação e dinamização dos espaços culturais;
- ➔ Desenvolver um programa de intercâmbio cultural em Rio Branco com segmentos culturais dos países fronteiriços Peru e Bolívia;
- ➔ Construir a *Política de Comunicação do Município*.

2.4 Esporte e Lazer

Na gestão do prefeito Angelim, alicerçada em um processo de participação popular, foram realizadas na área do Esporte e Lazer uma série de ações, tais como, conferências, seminários e encontros, com a participação efetiva de mais de mil desportistas e agentes comunitários, que culminaram na formulação e construção de políticas públicas.

A Lei Municipal de Incentivo à Cultura, ao Desporto, Preservação e Manutenção do Patrimônio Histórico e Cultural do

Município de Rio Branco (Lei nº 1.324/99) contemplou, entre os anos de 2005 e 2012, 289 projetos na área do desporto, e a Lei nº 1.839/11 criou o Sistema Municipal de Esporte e Lazer.

Foram construídas e reformadas 35 praças e quadras. Com apoio do Governo Federal foi possível implantar 10 (dez) Núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC (2009/2010), atendendo diretamente 4 mil crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos (incluindo portadores de necessidades

especiais) e, indiretamente, cerca de 44 mil pessoas, sendo executados mais 08 Núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PRONASCI/PELC (2012) que atenderão diretamente um público de 3,2 mil pessoas.

A Gestão Marcus Alexandre (2013-2016) propõe fortalecer a prática de atividades esportivas e de lazer voltada às comunidades nos bairros, tornando Rio Branco a *Cidade do Esporte*.

Avanços Governo Angelim (2005-2012)

- ➔ Ampliação dos recursos destinados para Lei Municipal de Incentivo à Cultura, ao Desporto, Preservação e Manutenção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Rio Branco, saindo de 30 projetos na área do desporto em 2005, para 289 em 2011;
- ➔ Criação do Sistema Municipal de Esporte e Lazer, sendo implantado o Cadastro Esportivo e de Lazer, o Conselho, o Fundo e a Conferência;
- ➔ Aquisição de kits de material esportivo para as regionais, com recursos aprovados no Programa de Gestão Participativa (PGP);
- ➔ Realização de torneios, campeonatos e manhãs de lazer nas regionais, com recursos aprovados no Programa de Gestão Participativa (PGP);
- ➔ Implantação e execução de 10 núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC em 2009/2010, democratizando práticas de atividades esportivas, culturais e de lazer, nas diversas modalidades, atendendo diretamente 4 mil crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos (incluindo portadores de necessidades especiais) e, indiretamente, cerca de 44 mil pessoas, em parceria com o Governo Federal;
- ➔ Implantação de 08 núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PRONASCI/PELC, em execução, para atendimento direto de 3,2 mil pessoas, em parceria com o Governo Federal;
- ➔ Implantação de uma Praça dos Esportes e da Cultura – PEC -, na rodoviária no bairro Cidade Nova, em parceria com o Governo Federal (PAC 2), contemplando equipamentos como: quadra poliesportiva coberta, pista de skate, academia ao ar livre, parque infantil, pista de caminhada, cine teatro, auditório, biblioteca, telecentro, salas multiuso, posto policial e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);



- ➔ Construção e reforma de mais de 35 praças e quadras, das quais destacam-se as praças José Augusto, Joaquim Macedo e a quadra de areia do Polo Geraldo Fleming.

Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

- ➔ Fortalecimento do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC, ampliando para área rural;
- ➔ Instalação de novas Praças dos Esportes e da Cultura – PEC;
- ➔ Reforma e/ou construção de quadras e praças nas áreas urbana e rural;
- ➔ Fortalecimento do esporte de manifestações comunitárias, como escoli-
- nhas, torneios e campeonatos;
- ➔ Implementação e consolidação do Fundo Municipal de Esporte e Lazer;
- ➔ Ampliação de 10 para 20 o número de academias ao ar livre;
- ➔ Ampliação de programas de utilização dos bens e equipamentos esportivos e de lazer nas áreas urbana e rural.

Novas Políticas e Programas

- ➔ Criar a Coordenadoria de Esporte e Lazer;
- ➔ Promover campeonatos municipais de futebol, futsal, basquetebol, vôleibol e handebol entre bairros e regionais;
- ➔ Incentivar a prática das Artes Marciais nas suas diversas manifestações;
- ➔ Implantar o programa Lazer na Comunidade, com atividades esportivas, artísticas e culturais;
- ➔ Realizar eventos esportivos regionais e tradicionais (catraçada, peteca, festival de pepeta, futebol de rua e outros);
- ➔ Elaborar e implementar o Plano Municipal do Esporte e Lazer;
- ➔ Garantir a implantação de equipamentos esportivos e de lazer, nos espaços destinados para este fim na construção de conjuntos habitacionais;
- ➔ Realizar parcerias com entidades comunitárias, associações, clubes, ligas e federações para a realização de campeonatos, torneios e atividades esportivas;
- ➔ Criar um calendário esportivo do município;
- ➔ Criar programa de incentivo para as escolinhas que já desenvolvem projetos sociais nas áreas de futebol e outras modalidades;
- ➔ Incentivar e criar condições para a formação de novas escolinhas esportivas que utilizem os espaços públicos existentes;
- ➔ Incentivar associações comunitárias para a fabricação de material esportivo a serem utilizados nos programas e projetos municipais;
- ➔ Estabelecer parceria com o Governo do Estado para a gestão dos espaços referência da prática esportiva na Cidade do Esporte (Complexo Arena da Floresta e Centro Poliesportivo Francisco Matias-Baixada).

2.5 Turismo

A concretização da integração por via rodoviária do Juruá ao Vale do Acre através da pavimentação da rodovia BR-364 e a integração com os países andinos, através da conclusão da rodovia intero-

ceânica, são indutores do turismo regional e internacional em Rio Branco. Com localização estratégica privilegiada, o município vem recebendo um movimento turístico fomentador do processo de

desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda.

A gestão do Prefeito Angelim incorporou a área de turismo como uma das atribuições da Fundação Garibaldi Brasil, visando dar resposta às demandas do setor capaz de promover a aceleração econômica e um incremento nas áreas social, cultural e ambiental. Segundo dados do Ministério do Turismo, a atividade turística representa 3,6% do PIB.

Em Rio Branco, os diversos fazedores de Turismo (agentes, guias, gestores de espaços de memória e museus, tecnólogos e turismólogos, empresários e outros) reúnem-se mensalmente na Câmara Temática de Turismo, do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC.

A partir desse cenário é necessário que Rio Branco desenvolva uma qualidade cres-

cente em todos os aspectos (transporte, alojamento, recreação, alimentação e serviços relacionados) que promovem o retorno do viajante ao local visitado.

Em 2008, o Ministério do Turismo criou o Macro Programa de Regionalização do Turismo, que define as regiões turísticas, e desenvolveu o Projeto 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

Rio Branco foi escolhida como um desses destinos, com um potencial crescente de gerar negócios de forma sustentável, e capacidade de proporcionar ao turista uma experiência positiva.

Durante a gestão do Prefeito Angelim, Rio Branco passou a participar do Salão do Turismo, maior evento de comercialização e divulgação dos destinos, entre outros eventos no âmbito nacional e local.

Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

- ➔ Mobilizar e sensibilizar setores da sociedade a fim de fomentar o turismo local;
- ➔ Fortalecer as relações entre poder público, no âmbito municipal, estadual e federal e o setor privado.

Novas Políticas e Programas

- ➔ Implantar quiosques informatizados no aeroporto, rodoviária e praça Povos da Floresta com informações sobre a cidade, hotéis, roteiros, transporte, restaurantes etc;
- ➔ Fortalecer a cooperação com o Governo Estadual e Federal para desenvolver o potencial turístico do município;
- ➔ Transformar a Câmara Temática de Turismo, do Conselho Municipal de Políticas Culturais CMPC, no Conselho Municipal de Turismo;
- ➔ Criar o Centro Municipal do Artesanato;
- ➔ Implantar o Guia Turístico da Cidade de Rio Branco;
- ➔ Instituir um programa de acessibilidade aos atrativos turísticos de Rio Branco;
- ➔ Realizar parceria com municípios, estados e países vizinhos para incentivar o intercâmbio cultural.

2.6 Segurança com Cidadania

O Brasil tem melhorado os índices e indicadores de segurança pública com o desenvolvimento da *Segurança com Cidadania*, articulando políticas de segurança com ações sociais, priorizando a prevenção e buscando atingir as causas que levam à violência.

O município desempenha papel primordial para a segurança pública, quando articula na base as diversas políticas públicas que reduzem os índices de violência e criminalidade, promovendo ações que permeiam as áreas de educação, cultura, esporte e lazer, dentre outros. Cabe ao município, poder público mais próximo do cidadão, agir de forma pró-ativa, implementando ações e projetos de prevenção à violência e criminalidade, especialmente dirigidos às crianças, adolescentes, jovens, mulheres e idosos, em situação de vulnerabilidade social e criminal.

A partir da implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), começou-se a discutir o papel dos municípios no sistema de segurança pública e a necessidade de adaptar suas estruturas administrativas para as tarefas de gestão nesta área, inclusive com a instalação da Guarda Municipal.

Vários municípios já possuem suas Guardas Municipais e outros estão em fase de implementação destas novas estruturas. Há muitas dúvidas sobre o tipo de atuação que se espera dessas Guardas Municipais e sobre suas relações com as estruturas já existentes de policiamento (Polícia Militar e Civil), sobre a missão a ser cumprida e o resultado que se pode esperar de seu trabalho.

A experiência brasileira, neste particular, é muito heterogênea. Algumas prefeituras optaram pela criação de uma Secretaria Municipal específica de Segurança Pública, sem necessariamente possuírem Guardas Cíveis Municipais. Por exemplo, a capital do Espírito Santo, Vitória, utiliza esse sistema. Outras reformularam radicalmente suas Guardas Cíveis Municipais, armando-as, como Novo Hamburgo (RS) e Diadema (SP). Houve ainda aquelas que investiram em programas multissetoriais de prevenção de criminalidade e mantiveram suas Guardas Cíveis Municipais desarmadas, como Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (RJ).

As Guardas Municipais são corporações uniformizadas, podendo ser armadas, criadas por lei municipal para proteção dos espaços públicos e serviços, colaborando na Segurança Pública com amparo legal na Constituição Federal. Estão normalmente envolvidas nos chamados “*Conflitos de baixa intensidade*”, os mais comuns e que trazem muitas perturbações às comunidades. Poderão ainda desenvolver um conjunto de iniciativas para cumprir um importante papel na definição de um novo padrão de Segurança Pública e, por exemplo, criar uma rede de colaboração com as Polícias Estaduais (PM e Civil), em benefício da maximização dos recursos e do potencial de ação da Segurança Pública.

Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Novas Políticas e Programas

- ➔ Instituir a Guarda Civil de Rio Branco, definindo suas atribuições com foco na Segurança com *Cidadania*, visando sua atuação em todas as regiões da cidade e tendo como principais atividades a proteção de escolas e creches, praças e prédios públicos, agente público, patrimônio municipal, proteção ambiental e proteção de pessoas em situação de risco.

Rio Branco Plena de Direitos e Oportunidades



Clube do Talento.

Para garantir que todos tenham acesso aos seus direitos, é necessário que sejam realizados e implementados mecanismos e ações que propiciem a inclusão social dos segmentos menos favorecidos.

Na gestão do Prefeito Angelim, foram criadas a Coordenadoria da Juventude, destacando-se ações para qualificação dos jovens para o mercado de trabalho; a Coordenadoria das Mulheres, atuando principalmente no combate à violência contra a mulher; e, a criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR).

Também um olhar prioritário foi lançado principalmente no cuidado com as crianças e adolescentes, através do *Clube do Talento*, que vem oferecendo atividades como música, teatro, dança e esportes nos Centros de Referência de Assistência Social localizados nos bairros mais carentes de Rio Branco.

Além das ações realizadas para acessibilidade das pessoas com deficiência física (mobilidade urbana nos transportes públicos e implantação de calçadas adaptadas), está sendo construída a primei-

ra *Academia ao Ar Livre* para uso exclusivo de pessoas portadoras de deficiência física, na praça da *Casa dos Conselhos*, no bairro da Estação Experimental.

Na gestão Marcus Alexandre, o trabalho da Assistência Social será priorizado com o fortalecimento dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), a implantação do Centro de Referência de Atendimento à Criança, Adolescentes e Mulheres Vítimas de Violência, integrando órgãos estaduais e municipais, e a implantação de um Centro Especializado para População em Situação de Rua.

Impulso nas questões relacionadas à igualdade de direitos será dado através da criação da Secretaria de Direitos Humanos e das Políticas Afirmativas, com desenvolvimento de programas e projetos que atendam às políticas de gênero, de juventude e de igualdade racial.

No campo da segurança alimentar, a população de baixa renda continuará sendo assistida com a ampliação do número de refeições oferecidas no Restaurante Popular.

3.1 Assistência Social

No âmbito das políticas públicas, a Assistência Social passa a compor a tríade de segurança social a partir da Constituição de 1988, regulamentada apenas em 1993 pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A assistência social passa a ser direito do cidadão e dever do Estado, sendo garantida a todos que dela necessitar. Em 2004, na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Inicia-se a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), trazendo uma série de inovações que mudam diretamente a gestão dos serviços e também o atendimento à população em situação de vulnerabilidade social.

O SUAS veio possibilitar a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial. Sendo um sistema descentralizado e participativo, os serviços, projetos e programas passam a ser executados pelo município, instância que atua diretamente na garantia da proteção social. No âmbito municipal, o SUAS está organizado sob alguns pilares, que garantem o seu funcionamento: A.

Órgão Gestor; B. Fundo Municipal de Assistência Social; C. Conselho Municipal de Assistência Social e D. Entidades Socioassistenciais. Este sistema é norteado pelo Plano Municipal de Assistência Social, que estabelece as metas e as diretrizes da gestão municipal a curto e médio prazo.

No âmbito da gestão, a Prefeitura de Rio Branco criou a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SEMCAS), e foi realizado, pela primeira vez, concurso público para provimento de cargos.

O Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), a exemplo, do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) foi criado por Lei Municipal (Lei nº. 1.835 de 31 de março de 2011), sendo neste alocados todo orçamento e recursos destinados para execução da Política Municipal de Assistência Social. Mensalmente, são alocados no Fundo recursos do Governo Federal repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social, por piso de proteção social, sendo este repasse continuado.

A instância de controle social – o CMAS – exerce papel importante e definidor do SUAS, pois é o órgão que define, normatiza, delibera e aprova os serviços, projetos e programas de assistência social do mu-

nicipio. O Conselho, após estes 08 anos de gestão do Prefeito Angelim foi fortalecido, sendo reformulada a Lei que o regulamenta. Exemplo dessas mudanças é que pela primeira vez na história do colegiado temos a participação de usuários da Política Pública de Assistência Social.

A partir dos diversos encontros e discussões realizadas pelas instâncias de participação (fóruns e conferências) e controle social (conselhos municipais, estaduais e nacional) foi aprovada nova lei (Lei nº. 12.102/CEBAS) que redefine as entidades socioassistenciais no país, retirando do âmbito da assistência as entidades com atuação preponderante em outras áreas (saúde, educação, cultura e outras).

Com o SUAS, inicia-se um processo de implantação de serviços, programas e projetos continuados, distribuídos no âmbito das proteções sociais básica e especial. A Proteção Social Básica (PSB) visa prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e, ou, fragilização de vínculos afetivos. Os serviços da PSB são vinculados aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Já a Proteção Social Especial (PSE) visa atender às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, situação de trabalho infantil. A PSE se divide em média e alta complexidade.

No âmbito da PSB, temos benefícios, serviços, programas e projetos. São três os benefícios executados no Município: Programa Bolsa-Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Benefícios Eventuais.

O Programa Bolsa-Família consiste na transferência direta de renda, destinada às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Atualmente, recebem

o benefício em Rio Branco 23.778 famílias, as quais recebem uma bolsa entre R\$ 60,00 a R\$ 300,00 mensais. Aperfeiçoando a gestão deste programa, a Prefeitura de Rio Branco, em 2005, criou o Centro de Atendimento de Programas Sociais (CAPS), espaço de referência para as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚnico). Compete ao gestor do Bolsa Família realizar a gestão de cadastros e benefícios, bem como articular a gestão das condicionalidades do programa (educação e saúde).

O BPC é um benefício garantido pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e consiste na concessão mensal de um salário mínimo para idosos acima de 65 anos e deficientes incapazes para o trabalho, cuja renda per capita seja inferior a ¼ do salário mínimo. Apesar do benefício ser operacionalizado pelo INSS, o acompanhamento das famílias é realizado pela assistência social do Município. como exemplo, com o BPC na Escola, a SEMCAS articulou a rede educacional e realizou 1.025 visitas aos beneficiários do BPC com deficiência, em idade escolar, para garantir o retorno daqueles que se encontravam fora da escola.

O Benefício Eventual também é garantido por Lei, consistindo na concessão de: auxílio funeral, auxílio alimentação, auxílio natalidade, auxílio moradia, auxílio passagem e auxílios especiais às famílias cuja renda per capita seja de até ¼ do salário mínimo.

Os serviços, programas e projetos de Proteção Social Básica são executados pelos 07 CRAS, unidades públicas descentralizadas, localizadas em áreas de vulnerabilidade social. Atuam com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Os CRAS realizam o mapeamento do território na perspectiva da vigilância socioassistencial e organiza a rede local de serviços. São executados pelos CRAS o Programa de Atendimento Integral à Família – PAIF; o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (crianças de 0 a 06 anos, criança e adolescentes de



Atendimento no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

07 a 15 anos, adolescentes de 15 a 17 anos, e idosos); Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas e outros serviços que visam à prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais.

Ainda no âmbito da Proteção Social Básica é executado o Projeto Clube do Talento. Este consiste na realização do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 07 a 15 anos que são beneficiárias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, sendo a frequência nas atividades uma condicionalidade para continuar recebendo o benefício. Com o Clube do Talento o município reduziu consideravelmente o número de crianças identificadas em situação de trabalho infantil, diminuindo de 6.600 em 2005 para 1.008 crianças e adolescentes em 2012. A participação destas crianças/adolescentes nas atividades acontece no turno escolar estendido e as modalidades ofertadas de forma descentralizada no bairro, são: violão, capoeira, dança, percussão, teatro, xadrez, canto e coral, incentivo à leitura e escrita, desenho e pintura em tela. Essas atividades acontecem em espaços governamentais (CRAS, Escolas, CEJAS e

outras) e não-governamentais (Igrejas, Associações de Moradores e outras).

Na Proteção Social Especial temos os Serviços de Média Complexidade, que é efetivado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS, sendo esta uma unidade pública especializada no atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, negligência, maus tratos e adolescentes em conflitos com a lei), mas cujos vínculos familiares não foram rompidos. Esta unidade articula-se com o sistema de garantia de direitos (Conselho Tutelar, Juizados da Infância e Juventude, Ministério Público, Delegacias Especializadas e outros órgãos), para proteção das vítimas e responsabilização dos agressores. São 05 serviços ofertados pelo CREAS: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa/ Prestação de Serviço à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias; e Serviço Especializado para pessoas em situação de rua.



Na Alta Complexidade temos em Rio Branco o Serviço de Acolhimento Institucional e o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. No Serviço de Acolhimento Institucional temos 02 casas de acolhimentos: Sol Nascente e Dr^a. Maria Tapajós, que atendem respectivamente adolescentes do sexo masculino e feminino que tiveram o vínculo familiar rompido.

O Serviço de Proteção em Situações de Calamidades é efetivado no atendimento às famílias atingidas pelas enchentes, deslizamentos, enxurradas e outras situações de maior complexidade. De 2005 a 2012 foram abrigadas 3.700 famílias atingidas pelas enchentes. Hoje a gestão de abrigos provisórios em Rio Branco é referência nacional e internacional, devido à qualidade e operacionalidade no atendimento emergencial às famílias.

Algumas ações transversais foram importantes para a garantia de direitos, dentre elas a implantação do 2º Conselho Tutelar. Destaca-se a implantação e a regulamentação dos Conselhos Municipais: da Assistência Social; dos Direitos da Criança e do Adolescente; dos Direitos da Pessoa Idosa; de Segurança Alimentar e

Nutricional, todos vinculados à Política de Assistência Social. Para o funcionamento destes, foi destinado espaço exclusivo a Sede dos Conselhos. Outro destaque na gestão foi à ampliação da participação popular nas conferências municipais e pré-conferências de Assistência Social, nas conferências da Criança e Adolescente, do Idoso e Segurança Alimentar, espaços em que mais de 5 mil pessoas participaram ativamente na definição e deliberação de propostas para as respectivas políticas.

A SEMCAS atua em conjunto com outras secretarias e coordenadorias municipais na execução do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional: Restaurante Popular e Banco de Alimentos. Outra ação executada pela SEMCAS são os Projetos Técnicos Sociais – PTTS. Concomitante à execução dos Projetos de Infra-estrutura, a SEMCAS executa os PTTS, a exemplo dos grandes investimentos do PAC2. Nesses Projetos são realizadas ações de mobilização comunitária, cursos profissionalizantes, oficinas, atendimentos, mediação de conflitos e outras ações que empoderam os moradores dos bairros beneficiados.

Avanços Governo Angelim (2005-2012)

- Realização de Reforma Administrativa do órgão gestor da Assistência Social em 2005, adequando-o às novas exigências da Política Nacional de Assistência Social;
- Realização de Concurso Público em 2007, visando à composição de equipes de referência;
- Implantação de 01 Centro de Atendimento de Programas Sociais CAPS, espaço de referência para as famílias inscritas no Cadastro Único e beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal – Programa Bolsa Família e PETI. Foram realizados, entre 2005 e 2011, mais de 388 mil atendimentos;
- Instalação da Sede dos Conselhos Municipais vinculados à Assistência Social em 2006;
- Ampliação do Controle Social através da criação do Conselho Municipal de Atenção às Drogas, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e criação da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e Comissão Municipal do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR;
- Fortalecimento e nova regulamentação do Conselho Municipal dos Direitos da

- Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
- Realização de 06 Pré Conferências de Assistência Social em 2009 e 2011 com Usuários, Entidades e Trabalhadores do SUAS;
 - Realização de 10 Conferências Municipais (Idoso, Assistência Social, Criança e Adolescente), com a participação de aproximadamente 5 mil pessoas;
 - Implantação de 02 novos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, perfazendo um total de 07 CRAS territorializados nas áreas de maior vulnerabilidade;
 - Implantação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 07 a 15 anos – Projeto Clube do Talento –, para os beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI –, ofertando atividades socioeducativas no turno escolar estendido;
 - Redução do número de crianças identificadas em situação de Trabalho Infantil no município, de 6.600 em 2005 para 1.008 em 2012;
 - Concessão de Benefícios Eventuais (Auxílio Alimentação, Auxílio Natalidade, Auxílio Funeral, Auxílio Moradia, Auxílio Viagem e Auxílios Especiais);
 - Ampliação do acesso ao Programa Bolsa Família de 19.290 famílias beneficiárias em 2006 para 23.778 até maio de 2012;
 - Elevação dos indicadores de acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, sendo que no aspecto da educação o município saltou de 74% em abril de 2006 para 77% em abril de 2011 ao passo que na condicionalidade de saúde o avanço foi de 11% em dezembro 2006 para 60% em dezembro de 2011. Em relação à cobertura qualificada de cadastro o município ampliou de 64% em abril de 2006 para 88% em dezembro de 2011;
 - Implantação do Programa Benefício de Prestação Continuada BPC na Escola, garantindo o encaminhamento de aproximadamente 1.000 crianças e adolescentes com deficiência, às escolas públicas e o acompanhamento através dos 07 CRAS;
 - Execução de parcerias com Instituto Dom Moacir - IDM -, Coordenadorias da Mulher e de Economia solidária, SENAI e SINDUSCON, garantindo a qualificação profissional de 2.260 pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família e inscritas no CADUNICO;
 - Implantação do PRONATEC Brasil sem Miséria em 2012, oportunizando a qualificação profissional para 1092 beneficiários do Programa Bolsa Família e inscritos no CADÚNICO, através do SISTEMAS;
 - Implantação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS - em 2008, totalizando mais de 11 mil atendimentos às crianças, adolescentes com direitos violados e adultos em situação de rua;
 - Criação em 2005 das Campanhas de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e Trabalho Infantil através das Operações 18 de maio, 12 de junho, Carnaval, Expoacre e Finados;
 - Implantação do Serviço de Abordagem Social a Crianças e Adultos em Situação de Rua sendo realizadas 2.793 abordagens sociais até 2012;
 - Municipalização do Serviço da Prestação de Serviço à Comunidade para Adolescentes em conflito com a lei (2006), antes executado pelo Juizado da Infância e Juventude;
 - Manutenção do Serviço de Acolhimento para Adolescentes do Sexo Masculino – Casa do Sol Nascente –, com a capacidade de acolhimento de 20 adolescentes;
 - Implantação do Serviço de Acolhimento para Adolescentes do Sexo Feminino através da construção da Casa Dr^a. Maria Tapajós no ano de 2008, com a capacidade de acolhimento para 20 adolescentes;
 - Implantação do 2º Conselho Tutelar, favorecendo melhor atendimento às crianças e adolescentes em risco social e/ou violação de direitos;

- Implantação, em 2005, dos abrigos provisórios para atendimento às famílias atingidas pelas enchentes do Rio Acre e transbordamentos de igarapés perfazendo o total de aproximadamente 3.700 famílias acolhidas;
- Execução de Projetos Técnicos Sociais nos bairros contemplados com obras de infraestrutura, através de cursos, oficinas, mediação de conflitos, geração de trabalho e renda, e fortalecimento comunitário, alcançando aproximadamente 20 mil famílias;
- Concessão de 2.000 títulos definitivos a partir do processo de regularização fundiária entre os anos 2005 a 2012;
- Entrega de 69 unidades habitacionais destinadas às famílias retiradas de áreas de risco, entre os anos de 2006 a 2008;
- 308 Famílias contempladas com Aluguel Social desde 2006 e 238 encaminhadas e contempladas com unidades habitacionais dos Programas do Governo do Estado;
- Fortalecimento da Rede Socioassistencial através da formalização de 65 convênios com 49 entidades entre os anos de 2005 e 2011;
- Construção e Implantação do Restaurante Popular, em 2008, fornecendo 523 refeições diárias para a população de baixa renda, a preço de R\$ 1,00;
- Implantação do Banco de Alimentos, em 2012, distribuindo aproximadamente 01 tonelada de alimentos por mês, para 34 entidades socioassistenciais e grupos comunitários organizados.

Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

- Realização de reforma administrativa do órgão gestor, fortalecendo a gestão interna e adequando-o aos novos serviços da Política de Assistência Social;
- Fortalecimento dos Conselhos Municipais e Comissões vinculadas ao órgão gestor da política de assistência social (Atenção às Drogas, Segurança Alimentar e Nutricional, Direitos da Pessoa com Deficiência, Assistência Social, Direitos da Pessoa Idosa, Direitos da Criança e do Adolescente e Comissões do PETI e do PAIR) através da ampliação de assessoria técnica e capacitações continuadas, objetivando a qualificação do controle social;
- Fortalecimento e modernização dos serviços oferecidos pelos CRAS para o monitoramento das famílias beneficiárias nos Programas Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e PETI;
- Ampliação da oferta dos serviços no âmbito do CREAS a crianças, adolescentes, idosos, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, e seus familiares;
- Viabilização de espaços próprios para referenciamento permanente dos serviços da assistência social e na impossibilidade reformas e adequação desses espaços;
- Fortalecimento do trabalho intersetorial, Saúde, Assistência Social e Educação, objetivando alcançar maiores índices no acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, bem como, no acompanhamento das crianças e adolescentes beneficiárias do programa Benefício de Prestação Continuada na Escola;
- Implantação de mais 01 Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;

- ➔ Implantação do Serviço de Acolhimento para População em Situação de Rua;
- ➔ Implantação de 03 equipes volantes para ampliação do atendimento nas áreas dos CRAS Sobral, Triângulo e da Paz, bem como às comunidades ribeirinhas através da lancha da Assistência Social;
- ➔ Implantação de 01 Centro Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP;
- ➔ Ampliação do número de refeições distribuídas no Restaurante Popular, aumentando de 523 refeições\dia para 700 refeições\dia;
- ➔ Ampliar as condições de utilização, pelos idosos, dos espaços existentes, com ofertas de serviços e atividades de convivência, incluindo o atendimento específico aos que estão em situação de vulnerabilidade.

Novas Políticas e Programas

- ➔ Construir e implantar o *Centro de Referência de Atendimento a Crianças, Adolescentes e Mulheres Vítimas de Violência*, integrando Órgãos estaduais e municipais;
- ➔ Articular junto ao Governo Estadual o co-financiamento para os serviços e ações socioassistenciais nos níveis de proteção social básica e especial;
- ➔ Implantar o Centro Dia da Pessoa Idosa.
- ➔ Incentivar agências e operadores de turismo da cidade para que promovam atividades de lazer e turismo voltada para a população idosa, de acordo com as iniciativas do Governo Federal;
- ➔ Implantar setor na Prefeitura de assessoria técnica e jurídica às entidades socioassistenciais, subsidiando-as de informações e orientações, visando uma maior eficácia nas suas ações;
- ➔ Elaborar a Política de Financiamento às Entidades Socioassistenciais;
- ➔ Implantar o serviço de Vigilância Socioassistencial;
- ➔ Garantir orçamento para realização de eleições para Conselheiros Tutelares, a cada 02 anos, através do voto direto (Sufrágio Universal);
- ➔ Implantar o *Programa Benefício de Prestação Continuada - BPC Trabalho*, conforme metas estabelecidas no Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite;
- ➔ Implantar o Serviço de Acolhimento em República para Idosos;
- ➔ Implantar 01 Casa de Acolhimento para Crianças de 0 a 12 anos;
- ➔ Construir 06 sedes para os CRAS, em substituição as que funcionam em imóveis alugados;
- ➔ Implantar 05 novos CRAS;
- ➔ Construir 01 Sede dos Conselhos Municipais;
- ➔ Implantar 01 Centro Dia de Referência para pessoas com deficiência – Plano Viver sem Limite;
- ➔ Construir 01 Sede para funcionamento do 2º Conselho Tutelar;
- ➔ Construir e Implantar o 3º Conselho Tutelar;
- ➔ Elaborar e executar o Plano Municipal de Formação (Capacitação continuada, pós-graduação, mestrado) para Trabalhadores do SUAS, em parceria com o Governo do Estado e Instituições de Ensino Superior;
- ➔ Elaborar e executar a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como implantar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional SISAN;
- ➔ Elaborar e executar a Política Municipal de Atendimento à População em Situação de Rua;
- ➔ Implantar o programa *Ponto de Encontro*, nos bairros com maior concentração de pessoas idosas;
- ➔ Incentivar a produção cultural e de lazer para as pessoas idosas;
- ➔ Implantar o programa de *Cuidadores de Pessoas Idosas*;

3.2 Pessoas com Deficiência

Historicamente, as pessoas com deficiência foram excluídas da sociedade, vítimas do preconceito e amparadas pela caridade das pessoas ligadas a Igrejas.

Muitas lutas e conquistas foram alcançadas nos últimos anos, como as leis nacionais e internacionais que sustentam esse assunto, em particular a Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência.

No Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - lançado em novembro de 2011, o governo Federal ressalta o compromisso do Brasil com as prerrogativas da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, ratificada pelo nosso país com equivalência de emenda constitucional. Este compromisso é afirmado também pela Prefeitura de Rio Branco, que tem clareza quanto aos novos desafios.



Calçadas em condições de acessibilidade.

Avanços Governo Angelim (2005-2012)

- Implantação de 30 Salas de Recursos Multifuncionais, sendo 22 de 1º ao 5º ano, 6 pré escola na zona urbana e 2 na zona rural. Isso no universo de 89 escolas municipais;
- Contratação de 74 professores para atuarem na educação especial;
- Realização de Formação Continuada para todos os professores;
- Contratação de 06 intérpretes de Libras para atuarem em sala de aula;
- Rio Branco é Município Pólo do Programa Direito à Diversidade, isto é, responsável pela capacitação de mais 06 municípios de abrangência (Porto Acre, Bujari, Senador Guiomard, Capixaba, Acrelândia e Plácido de Castro) sobre os temas da educação Inclusiva;
- Acompanhamento das escolas onde funciona a sala de recursos multifuncional e para as demais escolas que ainda não aderiram à implantação do serviço, mas que tem alunos com deficiência frequentando a escola;
- Criação do Conselho Municipal dos Direitos das pessoas com deficiência;
- Projeto de Lei que Cria a Política Municipal de Atenção à Pessoa com Deficiência (em construção).



- Lançada a ordem de serviço para construção da Academia ao Ar Livre para pessoas com deficiência na praça da sede dos Conselhos.

Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016) Novas Políticas e Programas

- Estabelecer e fortalecer parcerias com entidades que atuam com pessoas com deficiência;
- Fomentar a prática esportiva para pessoas com deficiência;
- Implantar 01 residência inclusiva, destinadas a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência de cuidados – Plano Viver sem Limite;
- Capacitar servidores públicos para o atendimento das pessoas com deficiências;
- Garantir exames de identificação e intervenção precoce de deficiências, como: exame do olhinho, da orelhinha entre outros;
- Garantir acessibilidades ao meio físico, promovendo adaptação de calçadas e acessos a prédios públicos.

3.3 Juventude

Rio Branco é um município jovem. Cerca de 40% da população do município está na faixa etária entre 15 e 29 anos e é também esse público que se destaca entre aqueles em condições de extrema pobreza, conforme o Censo do IBGE, 2010. Os índices de criminalidade nessa faixa etária também são acentuados, tanto como vítima, quanto como infrator.

De 2005 a 2011, muitos avanços na redução da criminalidade e na inserção social do jovem por meio de atividades artísticas, educativas e do mundo do trabalho foram desenvolvidos pela Prefeitura de Rio Branco. O protagonismo juvenil, como prática da liberdade e de garantia de direitos pautou as ações voltadas para a juventude do município. A criação da Coordenadoria da Juventude foi um dos compromissos cumpridos pelo Prefeito Raimundo Angelim, que culminou com um amplo processo de discussão e de construção de uma agenda positiva voltada para o atendimento das demandas da população jovem.

A política pública de juventude, denominada Plano Municipal de Juventude, para um horizonte de 10 anos, foi formulada com a participação de mais de 10 mil jovens estudantes, participantes de projetos sociais, de organizações juvenis, rurais e urbanos. Na centralidade do plano, foi eleita

a preparação dos jovens e sua inserção no mundo do trabalho.

De 2005 a 2011, 45 mil jovens foram atendidos com programas de qualificação profissional e atividades educativas para a formação da consciência cidadã, entre as quais se destacam cursos profissionalizantes, oficinas, palestras, seminários, intercâmbios, rodadas de diálogos e ações comunitárias. É certo que muito ainda há que se fazer, mas as conquistas realizadas, além de apontar o caminho certo e justo, têm mostrado o potencial criativo do jovem e muitas oportunidades sustentáveis.

O Governo Marcus Alexandre assume e propõe que os jovens sejam “agentes estratégicos para o desenvolvimento” do município de Rio Branco, preparados para lidar com os desafios da era do conhecimento e da tecnologia.

Por isso, apresenta propostas que operam, simultaneamente, no melhoramento das condições de vida dos jovens, no seu desenvolvimento integral; na inclusão de setores expressivos da juventude e na estruturação e consolidação das suas intervenções nos espaços da ampla, livre e efetiva expressão e participação das juventudes, em todos os campos de desenvolvimento da cidadania ativa.

Avanços Governo Angelim (2005-2012)

- ➔ Criação da Coordenadoria Municipal de Juventude;
- ➔ Formação profissional para mais de 10.000 jovens com elevação da escolaridade e ações comunitárias;
- ➔ Instituição da Comissão Intersetorial de Juventude e da Comissão Parlamentar de Juventude na Câmara de Vereadores;
- ➔ Aprovação do Plano Municipal de Juventude;
- ➔ Alteração da Lei Orgânica do Município para garantir os direitos fundamentais da Juventude em Rio Branco;
- ➔ Realização de 03 edições da Semana Municipal de Juventude, com participação de mais de 15 mil jovens;
- ➔ Atendimento de 45.000 jovens, sendo 35.000 com programas e projetos de participação cidadã, tais como conferências, seminários, debates, encontros, oficinas e rodas de diálogo;
- ➔ Implantação da Praça do Esporte e da Cultura, onde funcionará a Cidade da Juventude “Sede da Coordenadoria”;
- ➔ Redução de 24,3 para 20,4% o índice de gravidez não planejada na adolescência, através de ações do Programa Saúde e Sexualidade.

Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

- ➔ Implementação do Fundo Municipal de Juventude;
- ➔ Afirmação da Identidade das Políticas Públicas de Juventude em Rio Branco, com a consolidação do Programa “Cidade da Juventude” – Praça do Esporte e da Cultura;
- ➔ Fortalecimento do Programa Municipal de Educação Profissional – PMEP;
- ➔ Disponibilização de kits esportivos para as escolas e comunidades urbanas e rurais;
- ➔ Criar a Secretaria Adjunta de Juventude, vinculada a Secretaria de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas (a ser criada).

Novas Políticas e Programas

- ➔ Criar o Programa “Juventude e a Cidade” com oferecimento de bolsas para jovens de baixa renda para desenvolvimento de atividades nas comunidades;
- ➔ Criar um programa de redução de danos causados pelo uso de drogas lícitas e ilícitas com atendimento especializado;
- ➔ Implantar o Observatório da Juventude (centro de pesquisa para realizar estudos e diagnósticos da juventude), em parceria com as Instituições de Ensino Superior;
- ➔ Incentivar a criação da Agenda 21 da Juventude em Rio Branco, a fim de cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais;
- ➔ Incluir social e economicamente nas políticas públicas de forma efetiva

jovens com deficiência, garantindo mobilidade, acessibilidade, educação, cultura, esporte, lazer e inserção no mercado de trabalho;

- ➔ Realizar parceria com o Governo do Estado, para formação de policiais no combate e prevenção a violência juvenil gerando a aproximação da polícia com o jovem.

3.4 Mulheres e Políticas de Gênero

As políticas públicas de inclusão social desenvolvidas nos governos da Frente Popular do Acre têm como foco as pessoas em situação de vulnerabilidade social, sobretudo aquelas que se encontram em situação de violência. Estão entre esses segmentos sociais as mulheres, que representam quase 50% da população do município. Em que pese todos os avanços e conquistas das mulheres por oportunidades e direitos, como a criação e funcionamento de Centro de Referência, Delegacia Especializada, Casa Abrigo, Promotoria Especializada no Ministério Público, Vara Especializada no Judiciário, Centros de Referência da Assistência Social, entre outros, alguns desafios ainda merecem ser destacados, particularmente no que se refere ao enfrentamento à violência doméstica.

Impulsionado pela necessidade de mudanças nesse cenário, o Prefeito Angelim marcou o início da sua gestão com a criação da Coordenadoria da Mulher, com ampla adesão dos grupos sociais organizados. Inseriu na agenda da construção das políticas públicas municipais, de forma transversal, a temática de gênero, fazendo com que todas as secretarias tivessem um olhar diferenciado para o conteúdo que envolvesse a mulher e seu contexto – ambiente familiar, ambiente de trabalho e de relações sociais, de forma a minimizar e reduzir as diferenças e desigualdades de gênero.

A busca pela erradicação da pobreza por meio da oferta de mecanismos de geração de renda impulsionou o desejo de trabalhar o fomento aos grupos de mulheres existentes, destacando-se

nessa área a criação da Associação Florescer, que hoje contempla 22 famílias, em 08 núcleos, com alguns espaços fixos de comercialização da produção como os mercados e a boutique das flores, assim como pontos itinerantes, feiras nos bairros e caminhão das flores.

A participação social foi impulsionada pela implantação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; e a já premiada Casa Rosa Mulher, de acolhimento às mulheres em situação de violência, passou por ampla reforma e ampliação do espaço físico e de atendimentos.

A autonomia econômica da mulher foi levada à cabo, por meio da introdução no âmbito dos grupos formais e informais solidários constituídos de políticas de capacitação profissional e de subsídios dos meios de produção necessários para a implantação dos pequenos negócios e também da promoção desses negócios no mercado local e nacional.

Com a consolidação de um espaço exclusivo para tratar das políticas para as mulheres e promover as mudanças reais na vida daquelas mais necessitadas, a Prefeitura se tornou referência nacional em políticas públicas para as mulheres.

Foi premiada com destaque para o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM Brasil 2005 -, no 3º Objetivo “Igualdade entre Sexos e Valorização da Mulher”; em 2008, a experiência da Casa Rosa Mulher fez parte de uma publicação internacional como única experiência brasileira entre as 09 experiências selecionadas no Projeto Compêndios de Políticas Governamentais bem sucedidas no mundo; em 2009 o Prêmio Me-

Ihores Práticas de Estágio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e Federação das Indústrias do Acre (FIEAC) - 1º lugar na etapa estadual e menção honrosa na etapa nacional -, com o trabalho "Toda mulher gosta de rosas": A Psicologia como instrumento de ressignificação para a vida de mulheres em situação de violência; em 2012 novamente o ODM Brasil no 1º Objetivo "Erradicação da Extrema Pobreza e da Fome" com a Prática Organização Social: uma Estratégia

de Cooperação, Renda e Cidadania. Esta prática se resume nas seguintes ações: Projeto Jardinagem Comunitária, iniciativa da COMULHER; Projeto Hortas Comunitárias nos Vazios Urbanos, iniciativa da COMTES e Feiras de Agricultura Familiar nos Bairros, coordenadas pela Secretaria Municipal de Agricultura. Os empreendimentos beneficiam famílias que viviam em situação de vulnerabilidade social e mulheres vítimas de violência, totalizando 4.600 pessoas.

Avanços Governo Angelim (2005-2012)

- Atendimento jurídico, social e psicológico para 6.300 mulheres;
- Execução da campanha educativa de âmbito internacional "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher", contra todas as formas de violação aos direitos das mulheres, com inserções na mídia - rádio e TV, oficinas e palestras;
- Realização de 153 Oficinas de Prevenção à Violência Doméstica, divulgando especialmente a Lei Maria da Penha, com a participação de 3.236 mulheres, nos CRAS, Associações de Moradores e cursos oferecidos na Casa Rosa Mulher;
- Realização de 119 cursos de manicure, cabeleireiro e costura, beneficiando diretamente 2.994 mulheres, proporcionando a geração de renda;
- Doação de 724 kits profissionalizantes nas áreas de manicure, cabeleireiro e costura para mulheres atendidas pela Casa Rosa Mulher;
- Articulação da Rede de Cuidados às Mulheres em Situação de Violência, visando a redução de reincidência e re-ativização das mulheres;
- Acompanhamento e fomento a 70 empreendimentos, sendo 50 de mulheres urbanas e 20 rurais nas áreas de alimentação, beleza, jardinagem, costura e artesanato, com a organização
- de espaços fixos e itinerantes de comercialização;
- Inserção econômica de mais de 500 mulheres por meio da participação em 02 Feiras das Flores e 02 Feiras da Mulher Empreendedora;
- Fomento para a criação de 04 Salões Populares de Embelezamento na Baixada da Sobral, Custódio Freire, Pólo Benfica e Vila Belo Jardim, beneficiando diretamente uma média de 45 famílias;
- Promoção de Oficinas sobre Saúde, Sexualidade e Prevenção de Gravidez Indesejada na Adolescência, atingindo 4.867 mulheres jovens e 4.415 homens;
- Promoção de atividades lúdicas-educativas nas escolas, por meio de teatro, para discutir a temática saúde e sexualidade;
- Realização de pesquisa continuada sobre saúde e sexualidade de adolescentes, abrangendo 1.500 jovens e adolescentes, em parceria com a UFAC;
- Apoio às ações do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, particularmente na parceria para realização de 02 Conferências Municipais dos Direitos da Mulher e 01 Conferência de Trabalhadoras Rurais;
- Apoio na criação e fortalecimento do Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos de Rio Branco, a partir de diversas iniciativas de organização da categoria.



- Realização de 14.276 atendimentos em 06 edições do Projeto Mulher Cidadã, com serviços de documentação, saúde e oficinas educativas, sendo realizados 04 edições na área urbana e 02 na área rural.

Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

- Atendimentos especializados nas áreas psicológica, jurídica e social, campanhas preventivas e oficinas de sensibilização a mulheres em situação de violência, no Centro de Referência/Casa Rosa Mulher;
- Programas educativos de prevenção da gravidez na adolescência e DSTs junto às escolas e CRAS;
- Manutenção de processos de capacitação profissional, a exemplo do PMEP, com vistas a organização comunitária, fomento a empreendimentos de economia solidária - urbanos e rurais, objetivando a geração de trabalho e renda e a autonomia econômica das mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social;
- Projeto *Mulher Cidadã itinerante*, que leva serviços de documentação, saúde e oficinas educativas a bairros de Rio Branco e comunidades rurais;
- Apoio às ações do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Novas Políticas e Programas

- ➔ Criar a Secretaria Adjunta de Mulheres, vinculada à Secretaria de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas (a ser criada);
- ➔ Construir e Implantar o *Centro de Referência de Atendimento a Crianças, Adolescentes e Mulheres Vítimas de Violência*, integrando Órgãos estaduais e municipais;
- ➔ Ampliar as campanhas de combate à violência contra mulher;
- ➔ Implantar políticas de recuperação de dependentes químicos, para homens e mulheres;
- ➔ Atuar na prevenção da gravidez na adolescência, DSTs, drogas e álcool, através de *Projeto de Saúde e Sexualidade de Jovens e Adolescentes* nos Programas Municipais com ações educativas nas escolas e CRAS;
- ➔ Criar serviço para atendimento a homens autores de violência;
- ➔ Priorizar o atendimento para filhos de mulheres chefes de família e trabalhadoras domésticas em creches municipais;
- ➔ Apoiar ações das Creches Comunitárias;
- ➔ Fortalecer a Área Técnica de Saúde da Mulher da SEMSA, dando ênfase ao planejamento familiar, prevenção de câncer de mama e útero e saúde mental;
- ➔ Consolidar políticas públicas para a defesa de direitos dos setores socialmente discriminados;
- ➔ Potencializar em nível municipal as ações do Programa Brasil sem Homofobia, lançado em 2004 a partir de uma série de discussões entre o Governo Federal e a sociedade civil organizada com o intuito de promover a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas.

3.5 Igualdade Racial (Negros e Índios)

O Brasil tem cerca de 97 milhões de pessoas que se declararam “negras”, ou seja, “pretas ou pardas”, e 91 milhões de “brancos”.

A população de Rio Branco, de acordo com o último Censo realizado em 2010, é de 336.038 habitantes, quase metade da população total do Estado, com a seguinte diversidade racial: 221.753 pardas, 87.761 brancas, 18.630 pretas, 7.171 amarelas e 723 indígenas. Conforme o Estatuto da Igualdade Racial, a população “negra” é o total dos que se autodeclararam “pretas e pardas”. Assim sendo, 240.383 compõem a população negra, ou seja, a grande maioria.

A Prefeitura de Rio Branco aderiu, efetivamente, à *Política de Promoção da Igualdade Racial* a partir de 2009. Em 2011, foi criado o Comitê Gestor de Po-

líticas de Promoção da Igualdade Racial (CGPIR), através do Decreto nº 2.517, de 25/05/11, sendo a instância responsável por articular a política emancipatória no município.

Coordenado pela Secretaria Municipal de Governo e Articulação Institucional (SEGOV), o comitê é composto por 16 representantes (titulares e suplentes) das Secretarias Municipais de Governo, Cidadania e Assistência Social, de Educação, de Saúde, das Coordenadorias de Juventude, Mulher e Economia Solidária e da Fundação Municipal de Cultura.

O CGPIR tem o papel de propor e implantar, em parceria com os demais órgãos, ações afirmativas que visem à promoção da igualdade racial, a superação das desigualdades sócio-raciais, a elimi-

nação da discriminação, o enfrentamento ao racismo, a preservação da memória, da cultura e da identidade étnica das comunidades negras e indígenas, e sua plena inserção na vida econômica, política, social e cultural do município.

Evidencie-se que a Secretaria Municipal de Saúde, estimulada pelo CGPIR criou o Comitê Técnico Municipal de Saúde da População Negra, que elaborou o *Plano Municipal de Saúde da População Negra*, baseado na *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra*.

Também neste campo a preocupação deve estar voltada para as famílias indígenas na cidade de Rio Branco, residentes nos bairros periféricos, como Baixada do Sol, Caladinho, São Francisco, Placas, Preventório, Baixada da Habitasa, Belo Jardim, Dom Moacir e Ginásio Coberto vivendo em situação de risco social e tendo como fonte de renda a bolsa-família,

bolsa-escola ou aposentadoria, levando muitas famílias a se tornarem pedintes no centro da cidade.

Segundo levantamento realizado neste ano pelo Centro de Formação Intercultural Indígena (CEFI), existe uma população de 1.009 índios das seguintes etnias: Apolima-arara (04), Apurinã (491), Arara (06), Baikari (03), Huni-kui (278), Jamamadi (13), Jaminawa (39), Kaingang Guarani (04), Kambeba (01), Kampa (04), Kaxarari (06), Kulina (03), Manchineri (85), Naua (07), Shanenawa (50) e Yawanawá (15).

Assim, o conjunto do poder público municipal abraçou esta política como pertinente às diversas áreas da administração, não se restringindo a apenas um órgão específico, estando em tramitação na Câmara Municipal de Vereadores o Projeto de Lei, que cria o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR).



➔ Implantação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR (em andamento, projeto de Lei na Câmara).

Avanços Governo Angelim (2005-2012)

- Realização da *Feira da Semana da Consciência Negra* (previsão para novembro);
- Desenvolvimento das ações do *Plano Municipal de Saúde da População Negra*;
- Execução do projeto *Promovendo a Autonomia Econômica de Mulheres Negras*, em fase de aprovação, capacitando 100 mulheres e jovens negras e implementando 2 salões com especialidade em cabelo afro e 2 ateliês para confecção de roupas com características afro;
- Participação nas oficinas para construção da proposta indígena na Lei Municipal de Incentivo a Cultura;
- Criação da categoria de projetos de apoio aos povos indígenas na Lei Municipal de Incentivo à Cultura, contemplando 18 projetos nas áreas de realização de seminários, encontros, produção de material áudio-visual, publicações, música, teatro, intercâmbio, artesanato e outros.



Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

- Fortalecimento do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR);
- Consolidação do Plano Municipal de Saúde da População Negra;
- Implementação da Lei 10.639 que trata da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana;
- Fortalecimento da participação de empreendedores negros e produtos afros nas feiras de economia solidária;
- Fortalecimento dos espaços como Fundação Garibaldi Brasil e dos instrumentos de cultura como a Lei de Incentivo a Cultura, com ações específicas para os povos indígenas.

Novas Políticas e Programas

- Criar a *Secretaria Adjunta de Igualdade Racial*, vinculada à Secretaria de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas (a ser criada);
- Elaborar e implementar o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, importante instrumento de políticas afirmativas;
- Implementar o programa *Pro-equidade: gênero e raça*;
- Fomentar a criação de incubadoras para promoção de empreendedores negros;
- Realizar *Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial*;
- Realizar diagnóstico das famílias indígenas;
- Capacitar as equipes dos Centros de Referência de Atendimento Social (CRAS) para atendimento aos povos indígenas residentes na cidade e possibilitar sua inserção nos cursos técnicos oferecidos;
- Inserir o programa de *Hortas Comunitárias* na *Casa de Atendimento a Saúde Indígena* (CASAI) em parceria com a Secretaria de Atenção a Saúde Indígena;
- Construir uma política de formação para professores da rede pública municipal que trabalham com crianças e adolescentes indígenas, em parceria com a Secretaria de Educação.

Cidade Sustentável com Desenvolvimento Econômico



As Cidades Sustentáveis são pautadas em três eixos que se integram harmonicamente: economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas. Neste novo paradigma, aspectos ambiental, social, econômico, territorial e cultural são referências para o planejamento e a ação territorial equilibrada.

Os principais desafios enfrentados à consecução do objetivo da consolidação de uma Cidade Sustentável com Desenvolvimento Econômico estão relacionados direta e indiretamente à promoção de oportunidades de geração de emprego e renda; à redução das desigualdades socioeconômicas; e à conciliação entre o desenvolvimento econômico com a gestão sustentável do meio ambiente urbano e rural.

Restabelecida a capacidade institucional da gestão municipal no período de 2005 a 2012, visa elevar de forma crescente e sustentável a quantidade e qualidade dos serviços públicos aos cidadãos riobranquenses, por meios de instrumentos tais como o Zoneamento Econômico, Ambiental, social e Cultural de Rio Branco – ZEAS.

Rio Branco é o principal pólo econômico do Acre, já que concentra quase a metade do mercado consumidor e a maioria das atividades produtivas e industriais. Quanto às características físicas do território, mantém preservada uma vasta área de floresta (70% do território municipal), da qual faz parte a Reserva Extrativista Chico Mendes, onde são desenvolvidas várias atividades de uso sustentável da floresta. Possui, ainda, importantes áreas agrícolas e extrativistas, que são experiências locais de reforma agrária em processo de consolidação.

No município de Rio Branco, as ações antrópicas concentram-se no entorno do núcleo urbano, na faixa das rodovias BR 364, AC 90, AC 10, assim como nos projetos de assentamento e margens do rio Acre. Os grandes remanescentes de floresta são frutos de unidades de conservação, de antigos seringais e de áreas de reserva legal de grandes propriedades rurais.

Liderando essa tendência de ampliação da ocupação humana, em Rio Branco, que abriga boa parte da bacia do Rio

Acre, essas atividades antrópicas têm gerado impactos negativos sobre o meio ambiente, demandando dessa forma instrumentos e políticas de gestão territorial em escala compatível com sua importância.

Nesse sentido, um novo paradigma de cidades é estabelecido, o de cidades sustentáveis, em que: os estabelecimentos de planejamento, diretrizes, objetivos e metas se integram ao esforço político de conciliar o processo de desenvolvimento econômico com a conservação ambiental, sem abrir mão da geração de emprego e renda, da melhoria da qualidade de vida e o respeito aos aspectos culturais de nossa população.

O Governo Marcus Alexandre pretende adotar a Plataforma Cidades Sustentáveis nas dimensões requeridas e exigidas por nossa sociedade e nossos governos, cada vez mais comprometidos inclusive com as gerações futuras.

4.1 Meio Ambiente

O tema meio ambiente é de extrema importância para as cidades, tendo em vista o rápido exaurimento dos recursos naturais do planeta e considerando que a concentração da população nas cidades gerou novos e importantes desafios para a sustentabilidade dos centros urbanos, que são, ao mesmo tempo, espaços de crise e de oportunidades. Este Plano destaca a importância do governo municipal para a gestão do território, na sua relação direta com as comunidades e na gestão de ações e realização de serviços relacionados a temas ambientais.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMEIA) tem a atribuição de planejar e implementar políticas públicas, controlar, fiscalizar e licenciar serviços e obras que afetam o meio ambiente de impacto local. Atualmente, a SEMEIA licencia a poda ou a supressão de árvores, postos de combustível, autorização de som e transporte de resíduos da construção civil, além de anuir em processo de licenciamento ambiental em relação a supressão de vegetação e intervenção em Áreas de Preservação Permanente (APP).

A SEMEIA integra o Sistema Municipal de Meio Ambiente (SIMMA) que é composto também pelo Conselho de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) e pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA).

O Prefeito Angelim em 2005 reestruturou esta secretaria, a qual passou do *status* de gerência para Secretaria Municipal, que tem estrutura fundamentada em três departamentos: Gestão de Espaços Públicos e Educação Ambiental, Controle Ambiental e Gestão Ambiental.

No Planejamento Estratégico elaborado pela Prefeitura Municipal de Rio Branco, para gestão 2005-2012, por falta de indicadores amplamente aceitos para o tema ambiental à época, foram estabelecidos os seguintes indicadores:

- *Evolução de pessoas orientadas em educação ambiental*, em 2004, o dado era que 10% da população recebia orientações em educação ambiental oferecidas pela SEMEIA, esperando-se que ao final de 08 anos se alcançasse 20% da população. Já em 2011, a SEMEIA alcançou 67.266 pessoas (entre as orientações realizadas casa a casa, no Horto Florestal e no Parque Ambiental Chico Mendes), ou seja, 20% da população, considerando a população residente de 336.038 (IBGE, 2010);
- *Evolução das ocorrências atendidas*, em 2005, a SEMEIA atendia 62% das denúncias sobre crimes ambientais. A meta para os 08 anos era de conseguir atender 100% de todas as denúncias. Em 2011, das 1.291 denúncias (poluição sonora, poluição atmosférica, disposição de lixo, lançamento de esgoto, corte ou poda de árvores irregulares, entre outras), a SEMEIA atendeu 1.239, ou seja, 96% foram atendidas e receberam algum tipo de encaminhamento.

De forma geral, todas as ações que foram realizadas ao longo destes 08 anos contribuíram para a implantação, fortalecimento e consolidação da política municipal de meio ambiente (Lei Municipal nº 1.330/1999).



Avanços Governo Angelim (2005-2012)

- Implantação do Sistema Municipal de Meio Ambiente (SIMMA), contando com quadro próprio para atuar na implantação e fortalecimento da política ambiental;
- Revitalização do Horto Florestal, que conta com visitação de 600 pessoas/dia. A SEMEIA, em parceria com a SEMSA e a Fundação Garibaldi Brasil, realiza eventos diários de recreação, cultura e esporte (programa *Saúde em Movimento* e programa *Esporte e Lazer na Cidade* -PELC);
- Revitalização do Parque Ambiental Chico Mendes, que conta com visitação de 4 mil pessoas/fim de semana, sendo o ponto turístico mais visitado do Estado;
- Manutenção do Zoológico do Parque Ambiental Chico Mendes, que possui 182 animais de 33 espécies da fauna amazônica, destacando o nascimento de 04 onças, 02 leãozinhos-da-taboca (segundo menor macaco do mundo), 02 pacas de rabo e 01 veado;
- desde 2005, 446 mil pessoas receberam formação sobre temas ambientais, por meio de oficinas, cursos, visitas orientadas e palestras;
- Implantação de 17 Ecotecas (bibliotecas especializadas no tema ambiental para alunos do Ensino Fundamental do primeiro segmento) em escolas municipais;
- Produção, desde 2008, do programa de rádio *Planeta Acre*, em parceria com a SEMA, IMAC e SEMEIA, informando a população sobre os projetos, programas, ações e atividades (transmitido pela Rádio Difusora Acreana, todas as quintas-feiras no horário de 13h30 as 14h00);

- Realização de eventos anuais destacando-se o *Dia Mundial da Água* e o *Dia Mundial do Meio Ambiente*;
- Arborização de praças, canteiros, rotatórias e paisagismo em diversas obras da Prefeitura Municipal de Rio Branco;
- Produção de 150 mil mudas de plantas ornamentais por ano atendendo projetos da prefeitura e doações para instituições públicas e a comunidade;
- Realização em parceria com IBAMA/Acre de atendimento médico veterinário a animais silvestres apreendidos ou que são recebidos no Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS), com atendimento em média de 600 animais/ano;
- Realização de compensação ambiental para a instalação dos empreendimentos *Via Verde Shopping* e *Supermercado Atacadão* em 2011/2012;
- Resolutividade de 96% das denúncias;
- Criação da categoria de fiscais de meio ambiente com a realização de concurso e contratação de profissionais, além de cursos de aperfeiçoamento em temas relacionados à fiscalização;
- Elaboração do Plano Anual de Controle e Prevenção de Queimadas Urbanas, o que resultou em uma redução das queimadas urbanas de aproximadamente 57% (de 2010 para 2011);
- Recuperação de 30 ha de APP em áreas rurais e urbanas;
- Criação em 2005 da Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra e seu respectivo Conselho Deliberativo, estando o Plano de Gestão em fase final de elaboração;
- Implantação de hortas orgânicas em escolas rurais em parceria com SAFRA e SEME, sendo trabalhado junto aos produtores rurais o Programa de Certificação da Propriedade Rural;
- Organização de cooperativa de catadores de materiais recicláveis, que em 2011 comercializaram 500 toneladas de materiais recicláveis, e atualmente contam com renda média de R\$ 630/mês;
- Implantação, em 2010, da coleta seletiva, atualmente em fase de reestruturação;
- Em elaboração, o *Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos*;
- Coordenação dos primeiros estudos na região do Riozinho do Rôla, de fundamental importância florestal para os recursos hídricos do município, além de realizar trabalhos de formação e conservação com a população.



- Inauguração em 2010 do Parque São Francisco, com ciclovia, *playground*, pista de caminhada e praça de alimentação.

Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

- Consolidação dos programas de difusão e formação de agentes ambientais a partir de uma nova estratégia de trabalho com educação ambiental, aumentando a interface com os demais departamentos e secretarias municipais;
- Ampliação da difusão da Educação Ambiental nos meios de comunicação de massa;
- Retomada e fortalecimento da Agenda Ambiental na Administração Pública Municipal (A₃P) (Portaria Municipal nº 100/23-06-2009);
- Ampliação da produção de mudas de 150 mil para 250 mil/ano de plantas ornamentais, visando ampliar o programa de permuta com a sociedade;
- Definição de estratégia para coibir ocupações em APP's (padronização de procedimentos de monitoramento, fiscalização e regularização das áreas consolidadas);
- Parceria com a polícia ambiental na fiscalização de crimes e infrações ambientais, promovendo assim o atendimento de denúncias 24h;
- Execução e fortalecimento do *Programa de Recuperação de APP's*;
- Apoio à SEMSUR na implantação do *Plano Municipal de Coleta Seletiva*.

Novas Políticas e Programas

- Adesão à plataforma *Cidades Sustentáveis* que consiste na elaboração de diagnóstico contendo indicadores básicos, que servirão de referência para o *Plano de Metas* dos 04 anos de gestão, a ser apresentado em até 90 dias após a data da posse;
- Incluir Rio Branco na Campanha Mundial de Redução de Desastres *Construindo Cidades Resilientes* da ONU;
- Estabelecer termo de cooperação com o Estado para implantar a Lei Complementar 140/2011 – Descentralização do Licenciamento Ambiental;
- Implantar o programa *Igarapé limpo, Cidade Protegida* para monitoramento da qualidade das águas superficiais, visando avaliar a evolução da qualidade dos recursos hídricos e identificar áreas prioritárias para o controle da poluição das águas;
- Implantar o programa *Rio Branco + Limpa* de contenção e diminuição de poluição visual, visando promover a organização dos espaços públicos;
- Implantar o programa *Rio Branco é Verde*, construindo o indicador de áreas verdes do município, considerando a quantidade, a qualidade e a distribuição da vegetação;
- Elaborar e executar o *Plano Municipal de Arborização Urbana*, estabelecendo parcerias com o governo estadual e o setor privado;
- Criar e implantar um programa de voluntariado para os agentes ambientais formados pela SEMEIA, proporcionando ao cidadão atuar em projetos ambientais municipais;
- Implantar uma Escola de Educação Ambiental no Parque Ambiental Chico Mendes para atender à população do Segundo Distrito;
- Implantar o *Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra* e elaborar a segunda fase do plano;
- Implantar o espaço educativo *No Mundo das Águas* de valorização da água, visando exposição permanente sobre o tema e troca de experiências educativas.

4.2 Serviços Urbanos

Atualmente, a questão dos serviços urbanos, no tocante à limpeza pública, coleta e disposição dos resíduos sólidos, ocupa posição central no cenário nacional. A preocupação com a questão é demonstrada pela existência de uma série de leis que regulamentam o tema. Destacam-se as leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Em complemento, o país conta com uma ampla gama de regulamentações estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).

O município de Rio Branco, na gestão do Prefeito Angelim, priorizou os serviços urbanos de limpeza pública, tendo construído a Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos (UTRE), fechando e recuperando o antigo local de disposição final, tornando os serviços de coleta mais eficientes e ampliados, sendo atualmente referência nacional quanto ao cumprimento da Lei 12.305/2010, no tocante ao tratamento e destinação final de resíduos.

A manutenção da limpeza dos espaços públicos urbanos e a coleta e tratamento de resíduos são as principais atividades

desenvolvidas pela SEMSUR, visando o oferecimento de uma cidade limpa e de um meio ambiente saudável para a população.

A estrutura da SEMSUR é formada pelo Departamento Administrativo e Financeiro, Departamento de Limpeza Pública e Departamento de Resíduos Sólidos. Existe ainda a coordenação, gestão e fiscalização das atividades da Unidade de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos (UTRE), reconhecida nacionalmente pela atuação na gestão integrada dos resíduos sólidos, e ações compartilhadas com as Secretarias de Agricultura (SAFRA), de Meio Ambiente (SEMEIA) e da Coordenadoria do Trabalho e Economia Solidária (COMTES), as quais desenvolvem atividades de educação ambiental, produção de adubo orgânico e apoio à Cooperativa de Catadores na triagem.

A UTRE dispõe de Central de Recebimento de Pneus (Eco Ponto); Unidade de Triagem de Recicláveis; Central de Compostagem; Unidade de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil; Unidade de Tratamento de Resíduos dos Serviços de Saúde; valas para animais mortos; Unidade de Trituração de Recicláveis; Disposição Final (Aterro Sanitário); poços de monitoramento ambiental; Sistema de Tratamento de Percolados; programa de recuperação das nascentes e de manutenção das áreas de preservação permanente (APP's).

- Execução de serviços de remediação no lixão municipal de forma a transformá-lo em aterro controlado;
- Aquisição de área de preservação como medida mitigadora do antigo aterro controlado;
- Fechamento do antigo depósito de resíduos sólidos (em fase de finalização das atividades de remediação da área);
- Implantação da coleta seletiva no ano de 2010, e atualmente em fase de reestruturação;
- Implantação dos serviços de sensibilização dos munícipes para as questões

- de cumprimento do calendário de coleta, armazenamento e apresentação dos resíduos à coleta;
- Destinação adequada dos resíduos sólidos;
- Instalação de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA;
- Informatização dos cemitérios públicos;
- Em elaboração, o *Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos*, em parceria com a SEMEIA;
- Em elaboração, o *Código Municipal de Limpeza Pública*.



Avanços Governo Angelim (2005-2012)

- Ampliação dos serviços de varrição com aquisição de 01 vassoura mecanizada;
- Implantação do serviço *Disk-Entulho* para remoção de resíduos especiais (Resíduo de Construção e Demolição - RCD e Volumosos);
- Fiscalização em parceria com a SEMEIA, da execução de descarga indevida de resíduos;
- Ampliação dos serviços de desobstrução de bueiros com aquisição de dois veículos do tipo *tatuzão*;
- Ampliação dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos passando de 11 veículos para 14 veículos;
- Eliminação de coleta com tração animal passando a ser realizada por caminhões basculantes;
- Eliminação de diversas caixas coletoras que eram verdadeiros lixões;
- Adequação da coleta de Resíduos de Serviços de Saúde;

- Implantação da Unidade de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos (UTRE), referência nacional e recebedora de dois prêmios: 1º lugar *Prêmio Eco Cidade (2011)*, concedido pela ABRELPE, e o de *Melhores Práticas em Gestão Local 2011/2012*, pela CAIXA.

Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

- ➔ Ampliação da coleta seletiva para toda a área urbana do município;
- ➔ Implantação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- ➔ Implantação do Código Municipal de Limpeza Pública;
- ➔ Construção do aterro de resíduos de construção e demolição (inertes);
- ➔ Construção dos ECOPONTOS, locais utilizados para acumulação temporária de resíduos da construção e demolição, de resíduos volumosos, da coleta seletiva e resíduos com logística reversa;
- ➔ Construção do novo cemitério municipal;
- ➔ Revitalização da sede da SEMSUR;
- ➔ Fortalecimento dos serviços de limpeza pública com aquisição de novos equipamentos e ampliação dos serviços.

Novas Políticas e Programas

- ➔ Implantar calendário semestral de retirada de entulho nos bairros (programa *Rio Branco + Limpa*);
- ➔ Elaborar e implantar um programa de utilização dos gases do aterro sanitário;
- ➔ Elaborar e implantar um programa de uso dos efluentes tratados na UTRE.

4.3 Economia Solidária

De acordo com dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES (2008), existem no Brasil mais de 22 mil empreendimentos econômicos solidários, que movimentam aproximadamente mais de R\$ 8 bilhões e empregam em torno de 1,7 milhão de pessoas.

No Acre, segundo o mesmo estudo, existe mais de 513 empreendimentos econômicos solidários e, em Rio Branco, mais de 144 empreendimentos solidários cadastrados no SIES (Sistema de Informação em Economia Solidária).

Esses empreendimentos estão distribuídos em vários segmentos da economia como: artesanato, agricultura familiar, alimentação, serviços, vestuário, embelezamento, madeira e móveis, dinamizando a economia local, gerando postos de tra-

balho, distribuindo renda e colaborando para o alcance da justiça social.

Na primeira gestão do Prefeito Angelim (2005-2008), foi criada a Coordenadoria Municipal do Trabalho e Economia Solidária (COMTES), através da reforma administrativa concebida pela Lei municipal Nº 1.551, de 8 novembro de 2005, e alterado posteriormente pela Lei Municipal Nº 1.733, de 23 de dezembro de 2008.

À Coordenadoria do Trabalho e Economia Solidária compete articular políticas de geração de trabalho e renda, economia solidária, formação e qualificação profissional e segurança alimentar e nutricional. Para o desenvolvimento de suas atribuições, atua através das Gerências de Educação e Economia Solidária, e Trabalho e Renda.

Nesse sentido, uma série de ações marcou a ampliação e consolidação da

economia solidária no município de Rio Branco, entre elas, o estabelecimento do *Marco Legal da Economia Solidária*, através da Lei Municipal Nº 1.702, de 29 de abril de 2008 e do *Conselho Municipal de Economia Solidária*, instância de acompanhamento e controle social por parte da sociedade civil organizada e gestores públicos.

A realização das *Feiras de Economia Solidária*, criadas pelo Decreto Municipal Nº 1.696/2010, que adota o mote de que *Uma Outra Economia Acontece em Rio Branco*, é parte de um conjunto de ações que visam superar a situação de desemprego e a exclusão social.

Paralelo a esse evento, são realizadas outras ações, como as *Lavanderias Comunitárias*, o *Projeto de Uso Sustentável dos Vazios Urbanos* (Hortas Comunitárias), *Qualificação Profissional*, *Gerenciamento do Restaurante Popular*, que visam gerar oportunidade de trabalho e renda, preconizados nos princípios da economia solidária, bem como a garantia da segurança alimentar e nutricional.

Dessa forma, no dia 16 de abril de 2012, o Prefeito Angelim deu mais um importante passo no fortalecimento da política municipal de economia solidária, através da inauguração do *Centro Público de Economia Solidária no Parque Tucumã*.

Avanços Governo Angelim (2005-2012)

- ➔ Implantação do *Restaurante Popular* José Marques de Souza (Matias) na Baixada do Sol, com fornecimento de 523 refeições/dia ao preço simbólico de R\$ 1,00;
- ➔ Realização do *Projeto de Ocupação Produtiva Solidária* (POPS) na Baixada do Sol, com 90 empreendimentos dos ramos de alimentação, embelezamento pessoal, artesanato e corte e costura na regional VI;
- ➔ Reforma e ampliação de duas Lavanderias Comunitárias (Cidade Nova e Novo Horizonte);
- ➔ Construção de Lavanderia Comunitária no Bairro Taquari;
- ➔ Apoio a 15 organizações de artesãos (220 profissionais) que trabalham com matéria prima regional;
- ➔ Construção do Centro de Artesanato no bairro Rui Lino;
- ➔ Implantação do projeto *Arranjo Madeira e Móveis* em 32 marcenarias com apoio na concessão de insumos, capacitação de 58 jovens marceneiros, 32 proprietários e 15 mulheres em designer, produção de catálogo e realização da I Feira Municipal de Móveis em Madeira;
- ➔ Acompanhamento gerencial de 100 grupos de economia solidária;
- ➔ Capacitação de 500 trabalhadores comerciantes das praças, parques, Terminal Urbano e mercados públicos;
- ➔ Realização de 10 a 14 Feiras de Economia Solidária por ano a partir de 2010, beneficiando, por feira, 98 empreendimentos coletivos, o que significa uma média de 980 famílias beneficiadas, com público visitante estimado de 40 mil pessoas;
- ➔ Criação do *Marco Legal Municipal da Economia Solidária* (Lei 1.702/2008);
- ➔ Criação do Conselho Municipal de Economia Solidária para controle e acompanhamento social das políticas públicas (Decreto Municipal nº 530);
- ➔ Realização e coordenação de duas edições da Feira Internacional de Economia Solidária Panamazônia com a participação de 600 expositores oriundos de 8 países e 9 estados, tornando a cidade de Rio Branco a referência nacional da Amazônia em eventos internacionais da economia solidária, gerando mais de R\$ 5 milhões em negócios;
- ➔ Implantação do *Centro Público de Economia Solidária* no Parque Tucumã;
- ➔ Qualificação profissional de 1.107 pessoas no ano de 2011, através do Programa Municipal de Educação Pro-

fissional (PMEP), em parceria com o Instituto Dom Moacyr (IDM);

- ➔ Alocação de 57 empreendimentos de economia popular e solidária nos espaços públicos (Praça da Revolução, Praça dos Tocos, Praça José Augusto, Praça Joaquim Macedo, Praça do Relógio, Praça do Pelé, Praça Adalberto Sena, Parque Ambiental Chico Mendes, Parque do São Francisco), permissionários e vendedores ambulantes cadastrados e acompanhados pela COMTES;
- ➔ Fomento a 10 grupos produtivos da regional VII (área rural), através de compra de máquinas, equipamentos, utensílios,

beneficiando diretamente 20 famílias de produtores e produtoras;

- ➔ Realização de 01 encontro da Rede de Gestores em Economia Solidária da Região Norte;
- ➔ Fomento aos empreendimentos de economia solidária (grupos, associações e cooperativas) para 30 cooperativas e empreendimentos, com entrega de mais de 447 equipamentos, beneficiando mais de 192 famílias e 739 pessoas;
- ➔ Apoio à implantação do *Banco Comunitário Vitória*, através da implantação da moeda social Arco-Íris, promovendo o desenvolvimento local do bairro Vitória.



- ➔ Implantação de 5 (cinco) Hortas Comunitárias do *Projeto Uso Sustentável dos Vazios Urbanos*, gerando ocupação produtiva (posto de trabalho) para 50 pessoas, resultando no benefício direto para 300 pessoas, que garante uma renda média mensal de 1 salário mínimo e meio.

Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

- ➔ Ampliação e fortalecimento das lavanderias comunitárias;
- ➔ Ampliação e fortalecimento do Projeto Uso Sustentável dos Vazios Urbanos (hortas comunitárias);
- ➔ Ampliação do número de refeições servidas do Restaurante Popular, passando de 523 refeições/dia para 700 refeições/dia;
- ➔ Ampliação da realização de Feiras de Economia Solidária nos bairros/regionais;
- ➔ Assessoramento e acompanhamento da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis (CATAR);
- ➔ Formação contínua dos conselheiros de economia solidária;
- ➔ Consolidação do Programa Municipal de Educação Profissional (PMEP) articulando sua interface com o PRONATEQ;
- ➔ Consolidação dos serviços ofertados pelo Centro Público de Economia Solidária;
- ➔ Consolidação e fortalecimento dos serviços do Centro de Artesanato;
- ➔ Ampliação e fortalecimento do serviço de assessoria e acompanhamento de empreendimentos localizados em praças e mercados de responsabilidade do município.

Novas Políticas e Programas

- ➔ Criar o Fundo Municipal de Economia Solidária;
- ➔ Criar um sistema de informação de economia solidária (SIES) municipal, contendo o banco de dados dos empreendimentos existentes no município, baseado na metodologia adotada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES);
- ➔ Criar um espaço permanente para feiras de Economia Solidária;
- ➔ Criar Lei Municipal específica que priorize o trabalho realizado pelas cooperativas sociais e de economia solidária que atuam nos ramos de serviços, trabalho e produção;
- ➔ Implantar o Centro de Trabalhador Autônomo (Agência de Serviços);
- ➔ Fortalecer as entidades de apoio e assessoria do movimento da economia solidária;
- ➔ Estabelecer uma política de incentivo aos empreendimentos da economia solidária, através de um Programa de Compras Públicas Governamentais.

4.4 Produção

O município de Rio Branco possui 17 projetos de assentamentos com 5.911 famílias assentadas, numa área de 408.554 ha. Desses, 07 são pólos agroflorestais, dos quais 05 são de administração direta da Prefeitura e 02 do Estado. Apesar da pequena participação no conjunto dos assentamentos, tais pólos têm uma grande importância na mudança do paradigma tecnológico, do sistema de produção e no aumento da produtividade, visando à consolidação de uma produção sustentável.

Além das áreas de assentamento de reforma agrária, a produção acontece também nas unidades localizadas ao longo dos rios e igarapés que formam as bacias hidrográficas dos rios Acre e Riozinho, numa extensão de mais de 1.000 km. A população ribeirinha é estimada em 1.675 famílias ou 6.700 habitantes.

Rio Branco conserva ainda um extenso fragmento de floresta contínua, situado na bacia hidrográfica do Riozinho. Neste espaço, a atividade produtiva é basicamente extrativista. Essa bacia tem uma grande importância ambiental e cultural para o município de Rio Branco e toda a região do Baixo Acre.

O município de Rio Branco também se caracteriza por uma economia em que a participação da agropecuária, na composição do valor agregado de seu PIB, decresce comparativamente com os setores da indústria, administração pública e, principalmente de serviços, contribuindo com pouco mais de 30%.

Essa tendência seria absolutamente normal se o município não apresentasse uma ocupação mais intensiva de sua área antrópica, cujo patamar já atingiu 25% de desmatamento.

Apesar disso, Rio Branco apresenta ainda uma baixa produção em relação ao seu potencial de consumo. É certo que a capital do Estado não poderia pretender ser o celeiro do Estado, mas tem sido

possível aumentar a produção e a produtividade de sua agropecuária, bem como multiplicar as oportunidades de comercialização com ganhos de mão dupla para produtores e consumidores.

Nesse aspecto, o município deu foco, via Secretaria de Agricultura e Floresta (SAFRA), ao fortalecimento das políticas de produção e comercialização; à produção familiar, com ampliação do abastecimento de produtos hortigranjeiros; na política de combate às queimadas e recuperação de áreas alteradas, por meio de seu programa de mecanização agrícola; à centralização do abastecimento de produtos regionais e hortifrutigranjeiros, incluindo produtores, atacadistas e pequenos varejistas e os investimentos na área da produção rural, com vistas ao escoamento e comercialização de produtos agrícolas.

Desde sua criação, a SAFRA vem desenvolvendo projetos e programas que integram e partilham ações e resultados voltados aos espaços urbano e rural. Entre os projetos que têm foco na área urbana, destacam-se aqueles voltados para os mercados municipais, feiras de bairro e CEASA e, para a zona rural, aqueles voltados ao escoamento da produção, recuperação de áreas degradadas, assistência técnica e extensão rural e agregação de valor à produção.

Para alcançar o objetivo de aumentar a produção, a produtividade e agregar valor à produção, utilizou-se como referencial o planejamento estratégico. E os resultados alcançados, muito mais do que reocupar produtivamente milhares de hectares degradados, modernizar e baratear todo o sistema de comercialização da cidade, apontaram alternativas viáveis e exequíveis, em que as parcerias com os demais níveis de governos, federal e estadual, além da sociedade civil, particularmente as associações de produtores rurais, suas cooperativas, ONGs, STRs e Federações de Trabalhadores Rurais, são condicionantes inexoráveis para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Avanços Governo Angelim (2005-2012)

- Implantação da CEASA Rio Branco;
- Revitalização de 06 mercados públicos municipais;
- Implantação do Banco de Alimentos;
- Revitalização de 100% dos Pólos Agroflorestais, num total de 5, com mais de 1.500 pessoas beneficiadas;
- Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 1.000 produtores por ano;
- Mecanização agrícola de 5.000ha para a produção familiar;
- Revitalização da Agroindústria de Polpa de Frutas;
- Construção de 500 casas de vegetação para a produção de hortaliças em sistema protegido;
- Aquisição de uma frota de 12 caminhões e 7 barcos para garantir o escoamento da produção dos produtores, sobretudo os mais isolados;
- Aquisição e cessão de mais de 500 equipamentos agrícolas às comunidades rurais do município;
- Apoio às comunidades na operacionalização dos programas de aquisição de alimentos, principalmente os destinados à alimentação escolar.



- Implantação de 20 feiras de bairros.

Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

- Revitalização de 100% dos mercados públicos municipais, destacando os mercados do Bosque, Estação Experimental, Rui Lino e XV.
- Implantação de 1.000 casas de vegetação visando dinamizar o setor de horticultura no cinturão verde de Rio Branco;
- Criação de mais 20 feiras de bairros;
- Ampliação em 100% do programa de mecanização municipal;
- Duplicação do serviço de escoamento da produção: aumento de 100% da frota dos ribeirinhos e 100% da frota de caminhões.

Novas Políticas e Programas

- Estudar a implantação de atracadouros para apoio ao escoamento da produção de ribeirinhos em Rio Branco;
- Implantar política de assistência técnica e extensão rural municipal;
- Criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Reimplantar o *Programa de Aquisição de Alimentos*, via CONAB e MDS;
- Fomentar a criação de CEASAS satélites e de Inteligência, nos municípios do arco de comercialização do Estado;
- Implantar um Departamento de Infra-Estrutura Rural, via EMURB para manutenção de ramais.

4.5 CEASA

O setor hortigranjeiro é o que mais cresce na agricultura mundial, gera inúmeras oportunidades de trabalho e renda em pequenas áreas e movimenta em torno de R\$ 22 bilhões no Brasil.

Em Rio Branco, este setor era marginalizado, ocupando ruas e calçadas do centro da cidade, na madrugada, sem infraestrutura, disputando espaços com veículos e pedestres. Pela manhã, os agentes de mercado, tinham que sair desses espaços, correr o risco de ter seus produtos apreendidos pela fiscalização ou seus veículos multados.

O Acre necessitava de um equipamento público apropriado para organizar, estimular e realizar a comercialização deste setor estratégico, uma vez que o único es-

paço que dispunha, localizado no centro da cidade, gerava inúmeros problemas: produção e acúmulo de lixos, problemas sociais, congestionamento intenso do trânsito, falta de atracadouro para os ribeirinhos, baixa qualidade e regularidade na oferta de produtos, comprometendo o abastecimento e a segurança alimentar para o conjunto da população.

Ademais, nesse espaço verificava-se uma exploração dos produtores rurais (principalmente, ribeirinhos) pelos marreteiros, na venda da sua produção, pois esses trabalhadores não tinham como expor e negociar seus produtos em melhores condições.

Com o processo de divulgação, sensibilização e envolvimento da sociedade, foi possível conhecer as singularidades desse mercado e subsidiar a concepção de um projeto que organizasse esse setor.

Assim foi elaborado o projeto CEASA RIO BRANCO, visando construir um marco na história do setor produtivo, melhorando o abastecimento e comercialização em atacado no Estado do Acre, particularmente, na cidade de Rio Branco.

No princípio, essa iniciativa teve resistência por parte de alguns agentes de mercado, devido à mudança de local, de hábitos, à distância do centro da cidade e cumprimento das exigências legais, o que foi superado com a participação e ações integradas, em um período de mais de 05 anos.

O movimento sindical rural, organizações de produtores, instituições públicas e os agentes de mercado conceberam e construíram a proposta da Central de Abastecimento, planejaram e realizaram a transferência do mercado hortigranjeiro com seus inúmeros atores para um espaço amplo, moderno, limpo, seguro, organizado e adequado às exigências legais, propiciando um espaço digno de trabalho para a sociedade, ofertando alimentos com maior qualidade e regularidade.

A comercialização atacadista hortigranjeira em Rio Branco acontecia no entorno do Terminal Urbano e Camelódromo, sem condições mínimas de higiene, transporte, mobilidade urbana, acondicionamento de produtos, impedindo que os produtores tivessem acesso e gerando flutuação de preços em mais de 300% para o consumidor.

Nesses locais, atuavam 11 empreendimentos formais, 26 comerciantes informais, 09 carregadores, 02 cafezeiras e mais de 1.000 produtores rurais.

Os problemas sociais eram evidentes, como a presença de crianças e adolescentes em situação de risco social, prostituição, trabalho infantil, tráfico de drogas e alcoolismo.

A Central de Abastecimento e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros, CEASA RIO BRANCO, inaugurada em maio de 2010, tem como objetivo principal promover e garantir o direito à Segurança Alimentar e Nutricional, estimulando a política do abastecimento alimentar, a comercialização, distribuição e a informação de mercado dos produtos hortigranjeiros beneficiando pequenos, médios e grandes produtores, comerciantes e a sociedade acreana em geral, assegurando produtos de qualidade com regularidade e quantidade para a população, além de disponibilizar um ambiente que favoreça o encontro dos agentes de mercado para o ato da comercialização de alimentos com qualidade, oferta ampla e informações mercadológicas acessíveis a todos, contemplando a diversidade dos hábitos alimentares, estimulando esta atividade econômica que demanda muita mão-de-obra e geradora de renda.

A CEASA é também um centro de excelência em informações de mercado, através da coleta de dados, elaboração de estudos e análises de conjuntura do mercado, servindo de base para os agentes de mercado e elaboração de políticas públicas no tocante à produção e comercialização dos produtos hortigranjeiros.

Avanços Governo Angelim (2005-2012)

- Construção e Implantação da CEASA Rio Branco;
- Organização do mercado atacadista dos produtos hortigranjeiros;
- Eliminação do “atravessador”, possibilitando o barateamento dos produtos aos consumidores e aumentando a renda dos produtores;
- Realização de feiras temáticas, como: Feira do Peixe e Agricultura Familiar, Feira Pró-Peixe e Feira de Natal da Cesa;
- Implantação do *Sistema de Informações de Mercado Atacadista de Hortigranjeiro de Rio Branco* (SIMAB e PRO-HORT);

Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

- ➔ Construção e implantação do *Banco de Alimentos*;
- ➔ Estabelecimento de parcerias institucionais (SEAPROF, CONAB e Cooperativas) na execução dos programas sociais: *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)* e *Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*;
- ➔ Comercialização de 32 mil toneladas de produtos hortigranjeiros (2010-2011);
- ➔ Movimentação financeira de R\$ 56 milhões (2010-2011);
- ➔ Transferência dos comerciantes informais no entorno do Mercado Elias Mansour para CEASA como comerciantes formais (Empreendedores Individuais);
- ➔ Geração de 200 empregos diretos;
- ➔ Participação estimada de 1.000 produtores rurais no Mercado do Produtor;
- ➔ Realização de parcerias institucionais estratégicas, tais como: CEASA Minas, CEAGESP, ABRACEN, CONAB, MAPA, MPA, MDA, EMBRAPA, SEBRAE, CONAB-ACRE, SEAPROF, SEDICT e outros;
- ➔ Realização de parcerias institucionais com o movimento dos trabalhadores ruralistas: CUT, FETACRE, STR DE RIO BRANCO, SINPASA, Associações e Cooperativas;
- ➔ Aumento da sua capilaridade de atuação, ultrapassando os limites do município e abrangendo outros 15 municípios do Estado na oferta de produtos na CEASA Rio Branco;
- ➔ Posição Estratégica da Ceasa Rio Branco na distribuição e/ou comercialização dos produtos andinos e nacionais.



Central de Abastecimento e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros - CEASA RIO BRANCO.

- ➔ Implantação de Núcleo de Assistência Técnica e Extensão Rural, para desenvolver com os produtores rurais e comerciantes um processo de agroqualidade na colheita, acondicionamento, transporte e comercialização dos produtos hortigranjeiros;
- ➔ Ampliação da ocupação dos espaços do Mercado do Produtor e do Mercado Permanente nas instalações da CEASA;
- ➔ Consolidação das *Feiras Temáticas do Peixe e Agricultura Familiar e Feirão Hortigranjeiro*;
- ➔ Consolidação das parcerias institucionais para realização dos programas sociais ligados à segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social, tais como: PAA, PNAE e Banco de Alimentos;
- ➔ Consolidação e ampliação das instalações e gestão da *Fábrica de Gelo* para atender à demanda dos piscicultores e pescadores de Rio Branco e região;
- ➔ Intensificação de visitas técnicas às áreas produtivas, visando um *Plano de Otimização da Ocupação do Mercado do Produtor*;
- ➔ Consolidação da política de valorização dos colaboradores (terceirizados) da CEASA.

Novas Políticas e Programas

- ➔ Ampliar as instalações da Central de Abastecimento e Comercialização de Rio Branco (CEASA), com a construção do *Banco de Caixas*, para disponibilização de embalagens adequadas para acondicionamento dos produtos hortigranjeiros na produção e na comercialização atacadista;
- ➔ Construir o *Mercado da Agricultura Familiar*, nas instalações da CEASA, com objetivo de disponibilizar espaço para os agricultores familiares comercializarem sua produção;
- ➔ Construir o *Mercado do Peixe*, nas instalações da CEASA, com objetivo de disponibilizar espaço específico para os piscicultores e pescadores comercializarem sua produção;
- ➔ Atrair novos investidores privados e assegurar às empresas já instaladas na CEASA segurança jurídica e administrativa para ampliarem seus negócios;
- ➔ Consolidar o abastecimento e a comercialização da produção hortigranjeira do município e região tornando-a a *Cidade do Alimento*;
- ➔ Elaborar o *Plano Diretor da CEASA (Plano de Uso e Ocupação da CEASA)* para regulamentar o processo de ocupação da área não construída, visando orientar o crescimento das atividades com diversificação da oferta de produtos tornando-a *Cidade do Alimento*;
- ➔ Elaborar plano de divulgação dos serviços, produtos e agentes de mercados;
- ➔ Elaborar um plano participativo com todos os agentes de mercado (produtores, comerciantes, consumidores) e instituições parceiras públicas e da sociedade civil para garantir o abastecimento alimentar da cidade;
- ➔ Criar a personalidade jurídica da CEASA com natureza híbrida (pública e privada) para fazer gestão de resultados.

Gestão Pública com Transparência e Participação



A Gestão Pública, responsável por promover o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma sociedade, tem por obrigação prover mecanismos que garantam a sua constante modernização.

Os quadros político e administrativo devem sancionar novas legislações que apontem para o planejamento de uma gestão eficiente, como ação para garantir a eficácia e transparência no cumprimento de suas metas de gestão e principalmente naquelas que têm relação direta com o atendimento ao público e fortalecimento do papel fiscal.

Cabe nesta visão o desenvolvimento de ferramentas para a tecnologia da informação, com novos serviços, redefinição de Sistemas Tributários, a remodelagem organizacional de processos, na perspectiva de qualificar a organização, bem como métodos e fluxos que são parte do dia a dia da Administração Pública.

A prática dos administradores deve se voltar para a realização de políticas, com o nível de exigência determinada na legislação fixada para o Controle e Partici-

pação, orientando os governantes para as mudanças necessárias.

Na modernização da gestão, destacam-se a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Gestão Transparente e o Sistema de Informação ao Cidadão, implantados recentemente no País, como importantes instrumentos da administração pública.

A Prefeitura de Rio Branco tem buscado a modernização administrativa, trabalhando com transparência, planejamento e participação popular, visando a melhoria dos serviços ofertados à população.

Atualmente com uma estrutura de pessoal composta por 5.764 servidores municipais, implantou o Plano de Cargos Carreiras e Remunerações – PCCR - e realiza a capacitação continuada para o melhor atendimento das demandas da sociedade.

O Governo Marcus Alexandre pretende implantar o Sistema de Atendimento ao Cidadão via telefone e internet para receber solicitações dos munícipes, estabelecendo prazo para resolução da demanda.

5.1 Participação Popular e Controle Social

No mundo, os movimentos com temáticas específicas, destacando-se os movimentos feministas, as manifestações da juventude, trabalhadores de todos os setores, movimento negro, indígena e tantos outros, foram os grandes responsáveis pela emancipação política de setores ou segmentos da sociedade, contribuindo para mudar as relações de poder.

No Brasil, igrejas, sindicatos, organizações comunitárias, movimentos de mulheres e estudantes, tiveram papel fundamental na promoção e mudança na concepção e estrutura política. No caso específico do setor público, houve redefinição na sua forma de organização, estabelecendo mecanismos que reconhecessem a importância desses movimentos como atores e construtores de uma nova prática.

O Controle social, apesar de antigo se consolidou com a criação de Conselhos Gestores de Políticas Públicas, da década de 70 e 80, que tem se modernizado através de outros recursos e ferramentas de controle: abertura das prestações de contas, gestão transparente, instrumentos de informação ao cidadão, ouvidorias e outros. A Participação Popular permite tomar parte para sugerir, acompanhar e controlar. Essas propostas se comple-

mentam e se confundem, mas ambas ainda têm muito a avançar.

Em Rio Branco, nos últimos anos, foram vivenciadas mais profundamente essas mudanças, com a administração do Prefeito Angelim, adotando modelo gerencial que melhorou significativamente os mecanismos de controle social e de participação popular para formulação e execução de políticas públicas.

Fortaleceu a cidadania e a instituição pública, articulou a participação popular, o controle social e a matricialidade em diversas áreas, resgatou o processo de participação e controle social, através do Programa de Gestão Participativa – PGP –, com a criação de Conselhos Populares e de Gestão Pública instituídos nas 07 regionais urbanas e 03 rurais, também criadas nesta gestão.

O PGP debate as demandas e as propostas de solução, apontamento de recursos e acompanhamento da execução de todos os programas da gestão municipal.

Além da criação dos Conselhos Populares nas regionais, também foram criados os Conselhos da Juventude, Mulheres, Economia Solidária, Idosos, Pessoas com Deficiências, Segundo Conselho Tutelar, Previdenciário, 14 Populares de Saúde, redefinido o modelo de participação na Cultura e Esporte, através de fóruns permanentes.

pulares de Saúde e redefinição do modelo de participação na Cultura e Esporte, através de fóruns permanentes;

- ➔ Fortalecimento dos mecanismos de participação, permitindo cada Conselho conforme a natureza de sua área, propor, planejar e avaliar;
- ➔ Realização de fóruns participativos nas regionais com as comunidades envolvidas com a participação do secretário.



➔ Criação das 07 (sete) regionais urbanas e 03 (três) rurais como modelo de gestão administrativa.

Avanços Governo Angelim (2005-2012)

- ➔ Execução do processo de participação popular e controle social, através da implantação do Programa de Gestão Participativa – PGP;
- ➔ Criação dos Conselhos Populares e de Gestão Pública instituídos nas 07 regionais urbanas e 03 rurais;
- ➔ Criação dos Conselhos da Juventude, Mulheres, Economia Solidária, Idosos, Pessoas com Deficiências, Segundo Conselho Tutelar, Previdenciário, 14 Po-

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

- ➔ Consolidação e avanço no processo de participação popular e controle social através do fortalecimento do Programa de Gestão Participativa – PGP;
- ➔ Consolidação dos Conselhos Populares e de Gestão Pública instituídos nas 07 regionais urbanas e 03 rurais;
- ➔ Consolidação dos Conselhos da Juventude, Mulheres, Economia Solidária,

- Idosos, Pessoas com Deficiências, Segundo Conselho Tutelar, Previdenciário, 14 Populares de Saúde, e do modelo de participação na Cultura e Esporte;
- ➔ Fortalecimento da articulação entre os diversos canais de participação popular nas esferas municipal, estadual e federal;
- ➔ Fortalecimento dos fóruns participativos nas regionais.

Novas Políticas e Programas

- Desenvolver formação continuada para conselheiros e lideranças comunitárias sobre o processo participativo, o funcionamento e as especificidades da administração municipal;
- Realizar planejamento de médio e longo prazo, com a participação da sociedade, objetivando preparar a cidade para os impactos decorrentes da integração regional e internacional estabelecidas pela Rodovia BR-364 e a Rodovia Interoceânica;
- Implantar o Projeto Gabinete Participativo, onde o prefeito realizará audiências nas regionais para ouvir diretamente da população apresentação de propostas e discussão de temas;
- Realizar o Planejamento Estratégico Regional, conjuntamente com a AMAC – Associação dos Municípios do Acre, com vistas aos temas relacionadas a produção, meio ambiente, segurança e outros;
- Criar e manter canais de participações com as comunidades religiosas, visando construir uma pauta de ações em parceria com a administração municipal.

5.2 Modernização da Gestão

A partir da Constituição de 1988, a operacionalização, implantação e gerenciamento das mais importantes políticas públicas ficaram a cargo dos municípios, com inúmeras demandas e recursos escassos. Nessa conjuntura é necessário transformar as vocações da cidade em fonte de receita e inovar com uma gestão municipal empreendedora, identificando oportunidades para o desenvolvimento sustentável.

Esse modelo de gestão foi adotado pelo Governo do Prefeito Angelim para o município de Rio Branco, utilizando como princípios, a articulação de parcerias estratégicas e a definição de metas e planos de ação compatíveis com os resultados que se espera alcançar. Para uma melhor organização, abrangência e funcionamento desse modelo foi instituída pela lei municipal nº 1.551/2005, os Sistemas Instrumentais da Administração Direta, nas quais as atividades de planejamento, finanças, administração e tecnologia da informação são exercidas em estreita interdependência e de forma sistêmica.

O município de Rio Branco assim como a maioria dos municípios brasileiros depende, quase que exclusivamente, das transferências constitucionais do Gover-

no Federal, sendo que os recursos provenientes do Fundo de Participação dos Municípios – FPM - representam a maior fonte de receita da Prefeitura. Houve, entretanto, uma diminuição na participação do FPM com relação à realização da despesa orçamentária de 50% em 2005 para 42% em 2011.

Portanto, desde 2005, o Governo do Prefeito Angelim recorre à captação de recursos externos para execução de diversos projetos.

Na modalidade do OGU (Orçamento Geral da União) foram conveniados R\$ 196,4 milhões, sendo R\$77,1 milhões através de emendas parlamentares, R\$ 72,8 milhões com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC - e R\$ 46,5 de demanda espontânea.

Na modalidade Operações de Crédito foram contratados R\$78,8 milhões para intervenções em diversas áreas, destacando-se os projetos contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dentro do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT II), que incluem ações da atualização das bases aerofotográfica e cartográfica do Município, bem como a atualização cadastral imobiliária e o desenvolvimento de um sistema de

gestão territorial, o qual será integrado aos sistemas de informações e geoprocessamentos existentes.

Essas atualizações permitem obter maior precisão na prestação e fornecimento das informações e maior controle aos órgãos responsáveis pela administração de espaços públicos, infraestrutura, manutenção de vias, construção de escolas, creches, postos de saúde e outros.

No que se refere à modernização da estrutura da gestão para o atendimento, com a reorganização administrativa e de gestão da Prefeitura, a partir de 2005 foram criadas três novas secretarias (Coordenação Política, Meio Ambiente, e Agricultura e Floresta) e três coordenadorias (Mulher, Juventude, Trabalho e Economia Solidária), bem como a reestruturação das secretarias existentes. O quadro funcional aumentou, bem como a demanda da comunidade, que resultou na ampliação dos serviços públicos prestados à comunidade.

Nesse contexto, a tecnologia da informação adquiriu uma fundamental importância, uma vez que atingiu o processo produtivo, incluindo distribuição, transporte, comunicação, comércio e finanças e também áreas como educação, planejamento e meio ambiente, dentre outras.

A tecnologia da informação está fundamentada nos sistemas de telecomunicações e gestão de dados e informações, estando ligadas às mais diversas áreas, tendo sido impulsionada na gestão do Prefeito Angelim, uma vez que existia carência de equipamentos, dificuldade de comunicação intrapredial, pouca confiabilidade e segurança nos sistemas de informações.

Com relação aos servidores públicos, a retomada do diálogo com as entidades sindicais tem sido uma marca da gestão do Prefeito Angelim buscando-se o consenso entre a pauta de reivindicação e as possibilidades de atendimento, dentro das condições orçamentárias e financeiras da Prefeitura, seguindo as orientações estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

No decorrer dos 8 anos da gestão, ocorreram várias negociações salariais que melhoraram os salários dos servidores, resultando inclusive na criação do plano de cargos, carreiras e remuneração dos servidores da Prefeitura no início do ano de 2012.

O resultado deste diálogo, aberto e verdadeiro, tem sido positivo tendo como produto final, a valorização dos servidores com o reconhecimento do seu trabalho profissional e direitos.

Avanços Governo Angelim (2005-2012) *

- Financiamento da carteira de projetos estruturantes através da captação de recursos na ordem de R\$ 196,4 milhões na modalidade OGU (Orçamento Geral da União);
- Financiamento da carteira de projetos estruturantes através da captação de recursos na ordem de R\$ 78,8 milhões na modalidade financiamento (Operações de Crédito);
- Financiamento da carteira de projetos estruturantes através da captação de recursos na ordem de R\$ 72,8 milhões com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC;
- Mapeamento dos equipamentos públicos da área urbana de Rio Branco, tais como escolas (estaduais e municipais), creches, centros de saúde, módulos de saúde, cemitérios, supermercados, praças, mercados municipais e outros;
- Mapeamento de áreas de mata nativa e vazios urbanos, agravos e endemias, pontos turísticos, imóveis pertencentes ao município e rotas de coleta de lixo reciclável;

- Delimitação das 7 Regionais Administrativas urbanas e 3 rurais implantadas pelo Município;
- Implantação do Projeto Rede Metropolitana sem fio – Cidade Digital –, visando à implantação de uma rede sem fio composta de rádios, antenas, e torres, de forma a possibilitar a conexão wireless entre todos os prédios da Prefeitura;
- Implantação do sistema informatizado de gestão pública (aquisição de equipamentos servidores, racks, storage, banco de dados e sistemas operacionais), contemplando os módulos tributário, financeiro, orçamentário, contábil, recursos humanos, material, patrimônio, licitação, trânsito e transporte, protocolo, frota de veículos e obras;
- Aquisição de equipamento de nobreak de médio porte para sustentar todos os equipamentos servidores instalados por pelo menos 5 horas ininterruptas, possibilitando a comunicação intrapredial;
- Aquisição de um link de internet de 50 mbps e outro de 20 mbps de operadoras distintas, possibilitando maior agilidade na comunicação de dados;
- Aquisição de computadores e licenças de sistema operacional para cada secretaria, visando uma política de segurança da informação;
- Realização no início de 2005 de negociação salarial, possibilitando aumento dos salários dos servidores que estavam há quatro anos sem revisão;
- Elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR's) dos servidores municipais, estabelecendo a carreira com a progressão (3%) e promoção (4%) garantindo, criando e ampliando direitos;
- Capacitação de 138 servidores em MBA em Gestão Pública com Ênfase em Controle Externo;
- Pagamento de precatórios e direitos como a insalubridade e periculosidade;
- Retorno da licença prêmio para todos os servidores da administração direta e indireta, retirada em 2000;
- Ampliação da licença maternidade de 4 para 6 meses, garantida em lei;
- Melhoria no fluxo da tramitação dos processos e procedimentos relacionados à garantia dos direitos dos servidores;
- Reajuste de 59,9% do salário dos professores e demais categorias de nível superior, que em 2005 era R\$1.112,79 e atualmente alcançou o valor de R\$1.776,34 no início da carreira;
- Aumento da variação entre o piso e o teto dos professores. Em 2004 a diferença era de 38%, com as correções de salário e o PCCR, essa diferença passou para 94,66%. Desta forma houve uma valorização aos servidores que estão no final da carreira;
- Fim da política de complementação do salário mínimo. Em 2005, 387 servidores do grupo básico recebiam complementação salarial. O salário desses servidores, que era de R\$ 240,00 no início da carreira, ou seja, 8,33% abaixo do SM, foi reajustado no período em 186,36%, alcançando o valor de R\$687,27, significando 10,49% acima do SM.
- Criação do Regime Próprio de Previdência – RBPREV –, garantindo direito de aposentadoria integral e paridade de reajuste entre aposentados e pensionistas com os servidores ativos.
- Contratação de 1.422 servidores através de concurso público para atender as demandas da gestão.
- Aumento do Adicional de Estratégia de Saúde da Família para os profissionais da saúde: médico (62%), enfermeiro (35,26%), técnico de enfermagem (51,43%), dentista (34,59%), auxiliar de saúde bucal (56%) e Agente Comunitário de Saúde (100%);
- Criação dos adicionais de nível médio (10%) e superior (20%) para o servidor municipal que adquirir formação superior àquela exigida pelo cargo. Atualmente 719 servidores recebem o percentual de nível médio e 478 servidores o percentual de nível superior;
- Aumento da produtividade dos fiscais de 100% (2004) para 200% (2009) e



Atendimento ao cidadão

- com a implantação do PCCR em 2012 foi concedido a esta categoria mais uma Gratificação de Atividade Tributária - GAT - no percentual de 10% sobre o vencimento base do servidor, que será paga a partir de 1º de janeiro de 2013;
- Aumento dos percentuais de titulação para servidores do quadro geral. Especialização (de 5% para 7,5%); mestrado (de 7,5% para 10%); doutorado (de 10% para 15%); especialista através de prova ou residência (20% - não existia); curso extracurricular (5% - não existia);
- Aumento dos percentuais de titulação para os professores. Especialização (de 5% para 10%); mestrado (de 7,5% para 15%); doutorado (de 10% para 20%);
- Mudança de nomenclatura dos fiscais de meio ambiente, fiscal sanitário, fiscal de obras e urbanismo para auditor fiscal;
- Implantação dos pisos salarial da engenharia e do magistério:
 - Engenheiros, arquitetos, tecnólogos e geógrafos, em 2005 foi criada a gratificação de atividade de 100%, do adicional de produtividade de 50% e, com o PCCR esse percentual passou para 100%, calculado sobre o vencimento base e incluída na base de cálculo contributiva do RBPS. Valor do piso da PMRB (salário base + produtividade + gratificação = R\$ 5.329,02);
 - Magistério: cumprimento da Lei Federal 11.738/2008, que estabelece o piso do magistério para jornada de no máximo 40h semanais – valor pago pela PMRB R\$ 906,87 para jornada de 25h.
- Criação de novas gratificações:
 - Contadores: criação de gratificação de 50% sob o salário base, incluída no cálculo da base contributiva do RBPS.
 - Motoristas, operadores de máquinas pesada e mecânicos: vinculação de 100% ao vencimento base;

- Médicos, Enfermeiros e Cirurgiões Dentistas: criação do adicional de R\$500,00 para direção de unidade de saúde;

- Incorporação das verbas de Estratégia de Saúde da Família – ESF; Adicional de Vigilância em Saúde – AVS; Piso de Atenção Básica – PAB, a aposentadoria.
- Criação do prêmio anual de valorização e desenvolvimento profissional – VDP – para diretores, coordenadores administrativos e pedagógicos e professores que estejam em sala de aula com valores de 100% sobre o salário inicial da categoria;
- Criação de salário para o exercício da função de diretor de escola, com remuneração definida em lei, garantindo a média salarial de R\$4.000,00;
- Elevação da folha de pagamento em 238% nos 8 anos de mandato, através da correção de salários no período, somado a novas contratações, pagamento de direitos e benefícios, e a implantação do PCCR;

- Reforma administrativa na estrutura funcional da Prefeitura, a partir de 2005;
- Informatização da PROJURI, através do Sistema de Ações Judiciais SAJ;
- Formação do cidadão através do Programa de Educação Fiscal nas escolas;
- Recadastramento dos imóveis da cidade de Rio Branco (em licitação);
- Novo Código Tributário Municipal (em elaboração);
- Implantação do Pregão Eletrônico (em fase preparatória);
- Estudos para implantação da Nota Fiscal Eletrônica, para um melhor controle sobre a arrecadação que passará a ser mais proativa com a inteligência fiscal;
- Acréscimo no quadro de receitas da Prefeitura no período de 2004 à 2011; na arrecadação do IPTU, acréscimo acumulado de 143,52%; no ISS-QN aumento de 294,36%; e, 594,64% no ITBI.



Modernização da Gestão - Divisão da cidade por Regionais.

Propostas de Ação Governo Marcus Alexandre (2013-2016)

Programas em Execução que serão Consolidados e/ou Ampliados

- Garantia da continuidade da implantação do PCCR na correção do enquadramento da mudança de nível para as categorias de professor e auditor fiscal nos períodos de janeiro de 2013, setembro de 2013, maio de 2014 e janeiro de 2015;
- Ampliação da capacitação dos servidores, criando novas especializações em áreas estratégicas para gestão pública;
- Conclusão do Projeto de Modernização da Gestão Municipal de Rio Branco;
- Implantação da Nota Fiscal Eletrônica, com incentivo tributário para o cidadão;
- Fortalecimento da fiscalização, contribuindo para incremento das receitas do Município;
- Atualização cadastral dos imóveis da cidade de Rio Branco;
- Implantação do Pregão Eletrônico;

Novas Políticas e Programas

- Implantar Sistema de Atendimento ao Cidadão via telefone e internet para receber solicitações dos munícipes, estabelecendo prazo para resolução da demanda;
- Criar o Instituto de Regime Próprio de Previdência do servidor municipal, estabelecendo autonomia administrativa e financeira;
- Construir um banco de dados relacionado à vida funcional dos servidores, garantindo a segurança, eficiência e eficácia das informações;
- Atualizar o levantamento aerofotográfico e a base cartográfica periodicamente;
- Ampliar o projeto Cidade Digital para atender as escolas, CRAS, creches e unidades de saúde;
- Ampliar sistemas informatizados para atender áreas não contempladas como educação, saúde, vigilância sanitária, planejamento e outros;
- Implantar a *Rádio Rio Branco* no Terminal Urbano para divulgação dos programas, ações, calendários e atividades da Prefeitura de Rio Branco e seus Conselhos.

Rio Branco: Dados e Indicadores

ÁREA TERRITORIAL



Acre

Área: 164.122Km²

População: 733.559 hab. (IBGE, 2010)



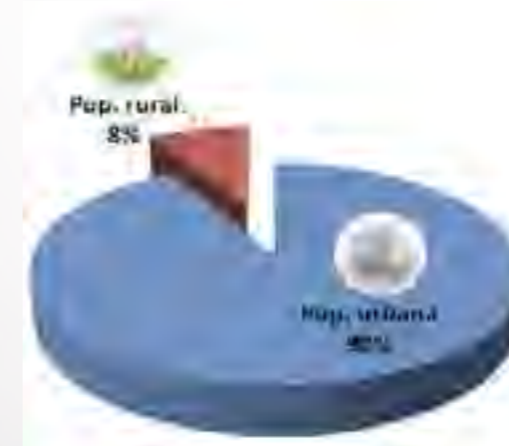
Município de Rio Branco:

Área do 8.835Km² (5,38% da área do estado)

Área da cidade: 130Km² (1,5% da área do município)

70% da área territorial preservada e 30% alterada

POPULAÇÃO (IBGE, 2010)



População Total: 336.038 hab. (45,8% da população do Acre)

População Urbana: 308.545 hab. (91,82% da população do Município)

População Rural: 27.493 hab. (8,18% da população do Município)

Taxa de crescimento de 3,6% ao ano

EDUCAÇÃO

- Matrícula na Rede Municipal: Elevação do número de matrículas passando de pouco mais de 10 mil alunos em 2005 para mais de 20 mil alunos em 2012;
- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): elevação do Índice, chegando à nota 5, alcançando 2º lugar na qualidade de ensino das capitais da região Norte. Em 2005, a nota foi 4,1 e em 2007 passou para 4,4.

SAÚDE

- Taxa de Mortalidade Infantil: redução de 22,59/1.000 nascidos vivos em 2004 para 12,50/1.000 nascidos vivos em 2011 (nos 8 últimos anos significativa redução de 44,7%).
- Programa Saúde da Família (PSF): passou de quase 36% da população atendida em 2005 para mais de 50% em 2009 (aumento de quase 39%).

Evolução da população atendida no programa Saúde da Família, 2005 a 2009



ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil: redução considerável de 6.600 em 2005 para 1.008 em 2012, através do Clube do Talento;
- Programa Bolsa Família: ampliação de 19.290 famílias beneficiárias em 2006 para 23.778 até maio de 2012.

SANEAMENTO

Domicílios com acesso à Rede Geral de distribuição de água. evolução de 2000 para 2010



Fonte: IBGE, Censo.

Domicílios com acesso a rede geral ou pluvial de esgotamento sanitário, evolução de 2000 para 2010



Fonte: IBGE, Censo.

Domicílios que possuíam coleta de lixo regular. 2010

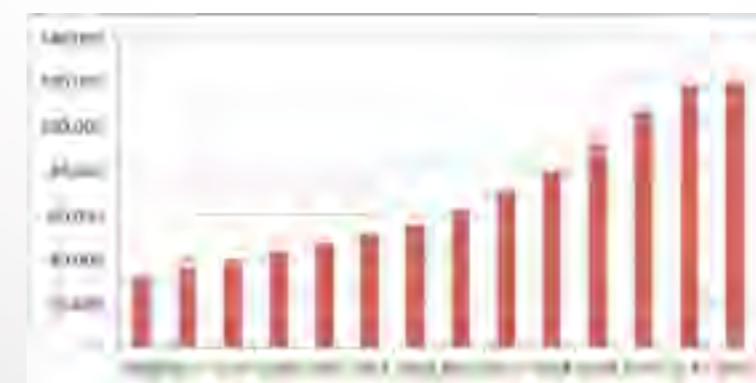


Fonte: IBGE, Censo.

TRANSPORTE E TRÂNSITO

- Frota de veículos: de 56 mil em 2005 para mais de 120 mil em 2012 veículos, taxa de crescimento de 12% ao ano (quase quatro vezes mais a taxa de crescimento da população).

Crescimento da frota de veículos, de 1999 a 2012



População Residente e Frota de Veículos da Cidade de Rio Branco - comparativo 2000 e 2010



Fonte: DENATRAN.

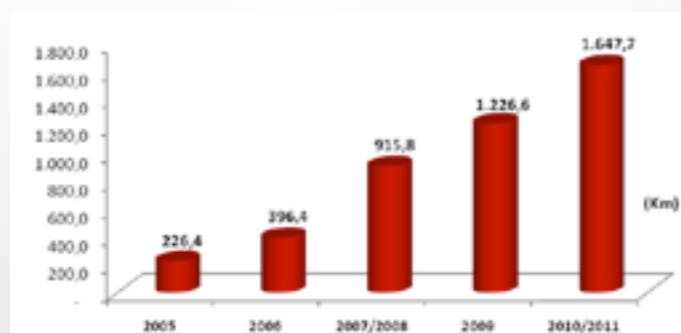
- Transporte coletivo: ampliação de 139 para 151 ônibus, divididos em 36 linhas, 100% da frota padronizada, 80% renovada e 70% adaptada para cadeirantes. Mais de 2 milhões de passagens por mês, 24 milhões de passagens por ano com mais de 150 mil pessoas cadastradas na bilhetagem, sendo mais de 50 mil estudantes;
- 602 táxis e 569 moto-táxis, operados por mais de 1.500 permissionários. Mais de 100 mil viagens de táxi por mês, mais de 180 mil viagens de moto-táxi por mês.
- Sistema de Atendimento aos Usuários Portadores de Dificuldade de Locomoção Severa – SAUD. Criado em 2006, serviço gratuito, atende mensalmente com dois veículos tipo Kombi mais de 300 usuários.

MALHA VIÁRIA

Extensão atual: 803Km
 Malha asfaltada até 2005: 350Km
 Malha asfaltada entre 2005 e 2012: 150Km
 Malha a asfaltar até 2014: 303Km (parceria com o Governo do Estado, no Programa Ruas do Povo)

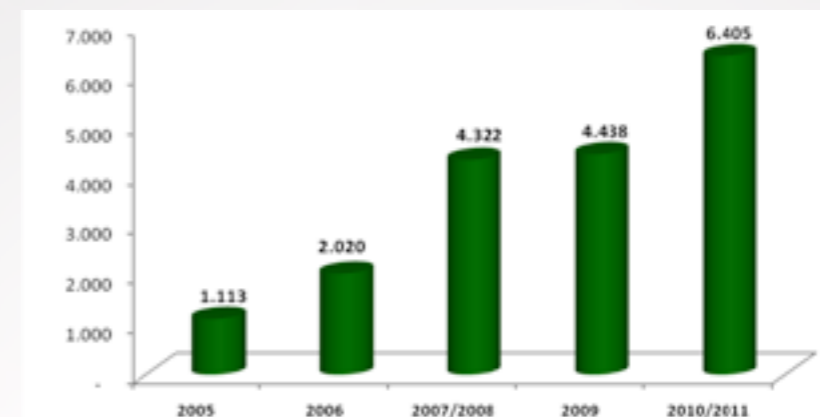
ENERGIA

Comprimento em quilômetros da rede de eletrificação rural do Programa Luz para Todos em Rio Branco, no período de 2005 a 2011



Fonte: Programa Luz para Todos.

Número de famílias atendidas pelo Programa Luz para Todos em Rio Branco no período de 2005 a 2011



Fonte: Programa Luz para Todos.

ECONOMIA

- PIB de Rio Branco: crescimento de R\$ 1,56 bilhões em 2002 para R\$ 3,837 bilhões em 2009 (52,0% do PIB Acre), variação no período de 145,70%;
- PIB per capita (2009): R\$ 12.542, maior do que o Acre (R\$ 10.687) e a Região Norte (R\$ 10.626)

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM)

Pesquisa realizada anualmente com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde que retrata o desenvolvimento de 5.564 municípios brasileiros nas áreas de Emprego, Renda, Educação e Saúde. A variação do índice é de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento do município.

Crescimento do índice, de 0,6780 em 2005, para 0,7107 em 2009.



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica

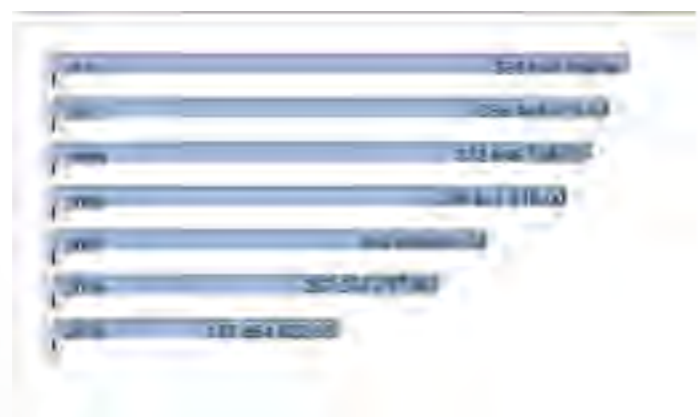
GESTÃO PÚBLICA

- Contratação de 1.422 servidores nos 8 anos, através de concurso público;
- Elevação da folha de pagamento em 238% nos 8 anos, através da correção de salários, somada a novas contratações, pagamento de direitos e benefícios e implantação do PCCR;



- Diminuição na participação do FPM com relação à realização da despesa orçamentária de 50% em 2005 para 42% em 2011.

- Evolução da Despesa, em R\$ de 2005 a 2012



Mensagens dos
Partidos da Frente



O PSB avaliza as propostas contidas no Plano de Governo Marcus Alexandre e Márcio Batista, desenvolvidas em conjunto com a sociedade, ressaltando as ações que garantam a Mobilidade Urbana e Acessibilidade para a população de Rio Branco, possibilitando a construção do novo com o povo. Nosso plano é o Bom Viver Para Todos.

Evandro Rosas - Presidente Municipal
Gabriel Gelpke - Presidente Regional

O PSDC se orgulha da forma de participação coletiva e construção do Plano de Governo Marcus Alexandre e Márcio Batista, o qual destaca as questões sociais e os cuidados com as futuras gerações como prioridade para a gestão. É o PSDC na Frente Popular ajudando a planejar o futuro da nossa gente.



Assurbanipal Barbare de Mesquita - Presidente Municipal
José Afonso Vasconcelos Fernandes - Presidente Regional



O que unifica esta grande Frente é o seu projeto voltado para a população. A Frente Popular continua dando o exemplo de como fazer a verdadeira construção coletiva com a participação dos partidos e, sobretudo, da população. Assim foi a construção do Plano de Governo da candidatura dos companheiros Marcus Alexandre e Márcio Batista. Parabéns a nossa luta!

André Kamai da Silva Soares - Presidente Municipal
Leonardo Cunha de Brito - Presidente Estadual



Construímos uma candidatura pautada no respeito ao cidadão de nossa Rio Branco, sabemos da responsabilidade que temos em apresentar um futuro melhor para nossa cidade, por isso concluímos um Plano de Governo com a maior participação democrática que já acompanhamos, e com muito orgulho tem a nossa participação. Aproveito e externo a dedicação de vida de Marcus Alexandre e Márcio Batista nessa construção. Avante Rio Branco!

William da Silva Oliveira - Presidente Municipal
Manoel Marcos Carvalho de Mesquita - Presidente Regional

O Plano de Governo Marcus Alexandre e Márcio Batista contempla de uma forma geral todos os pontos de uma administração focada no bem-estar da população, e por ter sido elaborado com a participação popular, vemos aí os anseios do povo sendo contemplados em todos os setores administrativos, dessa forma ressaltamos e reafirmamos o total apoio e comprometimento do PTN com a população e a Frente Popular.



Eros Asfury - Presidente Municipal
José Francimar Asfury de Almeida - Presidente Regional



Ressaltamos o caráter democrático do Plano de Governo Marcus Alexandre e Márcio Batista, ouvindo os setores da nossa sociedade, caracterizando a personalidade dos nossos candidatos que tem o olhar para o coletivo, na certeza de que os avanços que a saúde vem obtendo serão radicalizados especialmente na atenção básica da saúde que é uma atribuição constitucional do município.

Francisco Eduardo Saraiva de Farias - Presidente Municipal
Moisés Diniz Lima - Presidente Regional



É com grande satisfação que o Partido da República participou da elaboração do Plano de Governo Marcus Alexandre e Márcio Batista, este é sem dúvida um instrumento legítimo, construído em conjunto com a sociedade e que garantirá a continuidade dos benefícios para as comunidades. É o PR junto com a Frente Popular construindo o novo para Rio Branco!

Francisco Rodson dos Santos Souza - Presidente Municipal
Nilson Roberto Areal de Almeida - Presidente Regional

O Meio Ambiente de Rio Branco estará fortalecido com as propostas do Plano de Governo da Frente Popular e juntos com Marcus Alexandre e Márcio Batista vamos tornar Rio Branco referência na plataforma das "Cidades Sustentáveis".



Flúvio Mascarenhas - Presidente Municipal
Shirley Torres - Presidente Regional



Não precisa ser engenheiro para saber que as obras das maiores torres/edifícios, começam pelas bases. E essas bases estão contempladas nesse belíssimo trabalho que compõe o Plano de Governo Marcus Alexandre e Márcio Batista.

Dirceu Felix Moreira - Presidente Municipal
Luiz Carlos Gadelha de Assis - Presidente Regional

